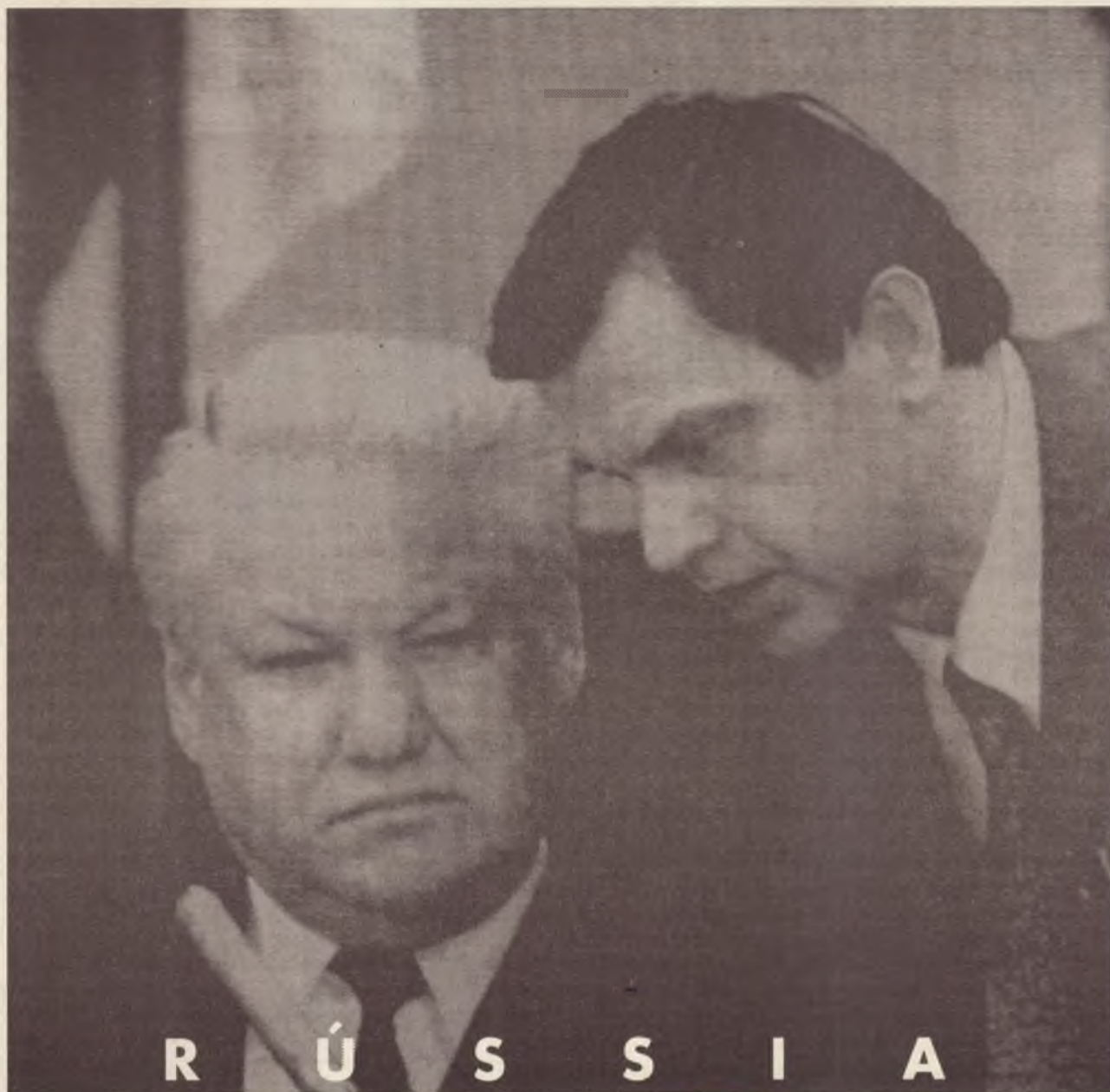


PUBLICAÇÃO DE CARÁTER
INTERNO AO PT,
DISTRIBUÍDA ÚNICA E
EXCLUSIVAMENTE AOS
SEUS FILIADOS

EM TEMPO:

Nº 266
ABRIL 1993
Cr\$ 25.000,00

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT



A DIFÍCIL TERCEIRA VIA

ENTRE AS DITADURAS DE YELTSIN E DA BUROCRACIA,
A ESQUERDA DEMOCRÁTICA ENSAIA
SEUS PRIMEIROS PASSOS.

PÁGINAS 8 A 11

PT: HORA DE MANIFESTOS PÁGINAS 3 A 5

GALEANO: O SÉCULO DO VENTO PÁGINAS 18 A 19

EM TEMPO

EM TEMPO E O 8º EN

Começamos a preparação do 8º Encontro Nacional do PT. Na verdade nosso partido inicia a grande preparação para disputar, vencer, e governar o país a partir de 1994. Por isso, **Em Tempo** está de olho nos grandes debates e nos grandes desafios postos desde já.

Disputa política e disputa social. Governar e construir uma perspectiva de poder democrático, socialista. Construir uma nova direção capaz de conduzir o PT neste rumo. Estas são questões que estão marcando as páginas do **Em Tempo**. Esperamos que você, esteja de olho.

E mais: socialismo, mulheres, a luta pela igualdade, a questão ecológica, continuam marcando sua presença no **Em Tempo**. Como não poderia deixar de ser.

Esperamos que você também marque sua presença. Assinando **Em Tempo**, é claro!



15 ANOS

ASSINATURA ANUAL
(10 edições)

Cr\$ 250.000,00

Nome:.....

Endereço:.....

Cidade:.....

Telefone:.....

CEP:.....

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal a
Carlos Henrique Árabe:

Rua Brigadeiro Galvão, 138 Barra Funda São Paulo-SP
CEP: 01151-000

COMO ASSINAR A IMPRENSA DO PT:

BRASIL AGORA:

(011) 220-7198 E 222-6318

BOLETIM NACIONAL: (011) 223-7999

TEORIA & DEBATE: (011) 220-2103

A preparação do 8º EN

O processo preparatório do 8º Encontro Nacional do PT já está ganhando força total. Importantes recomposições políticas estão se processando no interior do partido, em praticamente todos os estados mais importantes. Isso não está dissociado da intervenção do PT nas disputas em curso. João Machado e Carlos Henrique abrem nossas páginas analisando estes problemas. E Juarez Guimarães discute a polêmica sobre o caráter do governo democrático e popular.

Em outro bloco, destacamos a crise política na Rússia, onde a dissolução do antigo domínio burocrático vem abrindo caminho para uma dura luta pelo poder entre facções da antiga nomenklatura. Poul Larsen e Alexander Bouzgaline descrevem, em despachos de Moscou, que publicamos nas páginas 8 a 11, suas visões do processo em curso.

Essa edição destaca ainda duas entrevistas, com Neville Alexander, um veterano dirigente da esquerda revolucionária sul-africana, e com Eduardo Galeano, nosso conhecido escritor uruguaio.

E conta ainda com a colaboração de Antonio Marangon, sobre a luta pela reforma agrária; de Marisol Recaman, sobre o tema das cotas de mulheres na direção do PT; de William Aguiar, sobre os homossexuais e a revisão constitucional; de Vito Giannotti e Marco Aurelio Avelar, fazendo o balanço da recente eleição para o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo; e de Patrícia Pessi, discutindo a situação da luta contra a AIDS.

EM TEMPO

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonuma, Hugo Manso, Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilane Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTB nº 18663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Corrêa, Caco Bisol, Décio Gimenez e Fabiano Ciambra

Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138. Barra Funda, São Paulo CEP 01151-000. Fone: 66-5550

Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bonfim CEP 90210 Fone: 227-4642.

Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 Sala 1142 CEP 20031.

Vitória: Rua da Alfândega Ed Sarkis Sala 401 Fone: 2230921

Índice

3 8º Encontro Nacional: Hora de manifestos

João Machado

4 Conjuntura: Às vésperas do plebiscito

Carlos Henrique Árabe

6 8º Encontro Nacional: A luta pelo governo

Juarez Guimarães

8 Rússia: Enfraquecimento de Yeltsin

Poul Funder Larsen

10 Rússia: Os tímidos passos da esquerda

Alexander Bouzgaline

12 África do Sul: A transição pactada

Entrevista com Neville Alexander

14 Sindical: Lições da derrota metalúrgica

Vito Giannotti e Marco Aurélio Avelar

15 AIDS e moral conservadora

Patrícia Pessi

16 Homossexuais: Revisar para não discriminar

William Aguiar

17 Mulheres: Um ano de cotas

Marisol Recaman

18 O século do vento

Entrevista com Eduardo Galeano

20 Reforma Agrária

Antônio Marangon

Hora de manifestos



JOÃO MACHADO

O 8º Encontro Nacional do PT, que se realizará em Brasília, nos dias 11, 12 e 13 de junho, será um momento importante na definição dos rumos do PT. É cada vez mais claro que o partido vive uma *crise de hegemonia*, com uma polarização crescente no seu interior.

Até 1989 o predomínio da *Articulação* no PT definia uma hegemonia, ampla, que podemos chamar de "de centro-esquerda" no quadro das diversas posições petistas. A combinação de posições dos setores classistas e de inspiração marxista da *Articulação*, e das correntes marxistas e revolucionárias permitiu que ao longo dos anos 80 o PT não apenas se expandisse e ampliasse sua influência social, mas também desenvolvesse referências ideológicas e estratégicas qualitativamente mais sólidas. As vitórias eleitorais de 1988 e a campanha presidencial de 1989 foram a culminação desta trajetória em que o PT, estreitamente vinculado às lutas sociais do povo trabalhador, credenciou-se como alternativa de direção para a sociedade brasileira.

Mas a partir de 1990 todo um setor do partido deslocou-se para posições cada vez mais reformistas, social-democratizantes e às vezes até mesmo liberais (sobretudo com a formação da corrente *Um projeto para o Brasil* no processo de preparação do 1º Congresso, e com a polarização de um setor da *Articulação* por estas posições). Passou a haver uma disputa cada vez maior no interior da *Articulação*, já que muitos dos seus setores tiveram uma evolução oposta à linha do *PPB*, aprofundando posições de esquerda. Muito dividida, sem unidade tática e muito menos estratégica, a antiga corrente majoritária do PT não tem sido mais capaz de funcionar como a referência fundamental do partido.

O 1º Congresso, embora tenha aprovado no fundamental as posições da esquerda petista, não resolveu a *crise de hegemonia* aberta no partido, por diversas razões (inclusive o fato de não ter renovado a direção).

Assim, a preparação do 8º Encontro Nacional tem dado origem a uma série de iniciativas, por parte de diversos setores do partido, justamente no sentido de tentar estabelecer as bases de uma nova hegemonia. Embora, certamente, muita água ainda vá rolar até o mês de junho, já podemos apontar as tendências principais que se estão delineando.

Na luta, PT!

Cronologicamente, a primeira iniciativa importante foi a realização, em janeiro, do Seminário "PT, Ano 13", pelo movimento *Na luta, PT!*.

Formado em 1992, este movimento tem reunido diversos setores da esquerda petista, especialmente as correntes que participaram no 1º Congresso da *Tese 10 (Força Socialista, Movimento por uma Tendência Marxista)*, a corrente *O Trabalho* e a corrente liderada por Luiz Eduardo Greenhalgh.

O *Na luta, PT!* teve bastante êxito, sobretudo em agrupar muitos militantes descontentes (e com razão) com o predomínio nas declarações de muitos porta-vozes do partido de uma linha mais próxima da social-democracia do que das posições básicas do PT, com o predomínio da prática eleitoral e institucional, em detrimento de uma ancoragem mais firme do partido nos movimentos sociais, e com o esvaziamento da vida interna do PT. Contudo, ao mesmo tempo em que ficou clara a importância do *Na luta, PT!*, evidenciaram-se limitações decisivas.

Pelo seu caráter, a sua composição obrigatoriamente tornou-se muito heterogênea - o que favorece mais uma unidade em manifestações *críticas* do que na construção de uma alternativa. A partir daí, podemos dizer também, como o faz o texto elaborado por companheiros de Minas Gerais que comentaremos abaixo, que o *Na luta, PT!* "em muitos dos seus enunciados" é "ingênuo, parcial e simplificador". Embora o sentido geral de suas críticas à prática petista predominante nos últimos anos seja correto, algumas críticas especificamente tem sido um tanto precipitadas e inexatas (por exemplo, na convocatória do Seminário foi criticado, com base em notícia

do *Jornal do Brasil*, o "ingresso do PT como observador pleno na Internacional Socialista" - mas como foi esclarecido pela Secretaria de Relações Internacionais, este ingresso na verdade não ocorreu; como de hábito, as informações veiculadas pela imprensa burguesa eram inexatas).

Assim, o movimento *Na luta, PT!* pode desempenhar um papel importante nos debates do partido e na definição de novas orientações mais claras à esquerda, mas não tem potencial para servir de eixo da formação de uma nova hegemonia para o partido.

A esquerda da Articulação

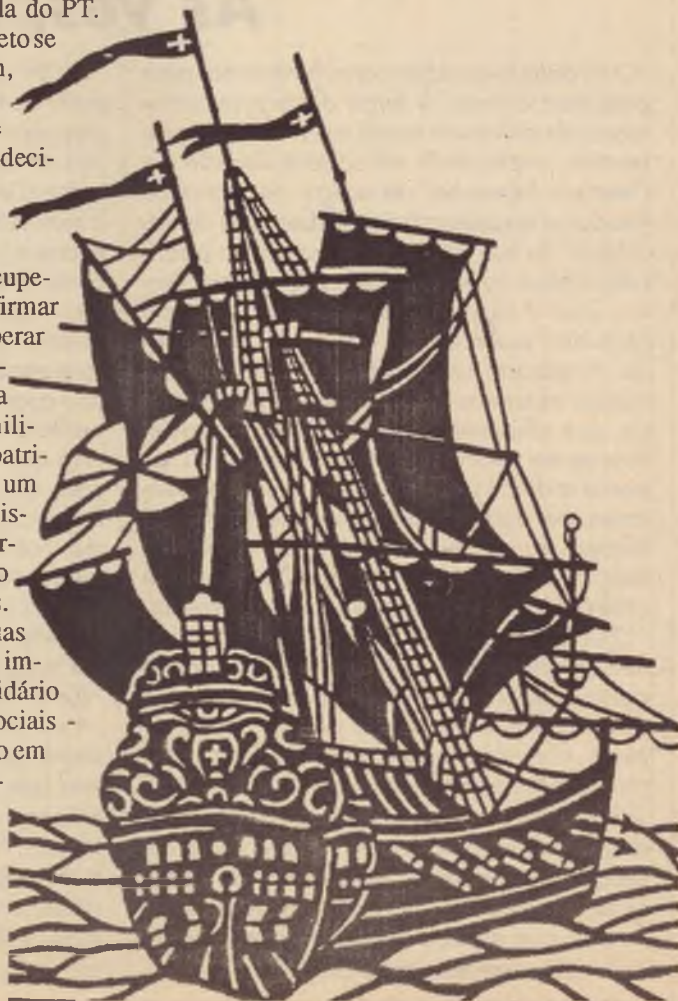
A segunda iniciativa, cronologicamente falando, foi o lançamento no início de fevereiro do *Manifesto aos Petistas* de companheiros da esquerda da *Articulação*, inicialmente publicado em São Paulo com o título de *A hora da verdade*. Entre seus primeiros signatários estão os membros do Diretório Nacional Adilson Pires e José Luiz Fevereiro (RJ), Claus Germer (PR), Geraldo Garcia (MS), Hamilton Pereira (GO), Inocência Gasparin (PA), Vilson Santin (SC), Djalma Bom e Rui Falcão (SP), além do prefeito de Santos, David Capistrano, e dos deputados estaduais de São Paulo, Arlindo Chinaglia e Lucas Buzato.

Este manifesto começa constatando que "convivemos com o risco, diante do qual sucumbiram inúmeros partidos de origem operária e popular, de nos convertermos em partido de ordem", e que "radicalmente democrático, construído 'de baixo para cima', o PT, desafortunadamente, revela sintomas perigosos de burocratização. Nota-se um emperramento dos mecanismos democráticos de tomada de decisão; há um visível distanciamento entre direções e bases; é notório o esvaziamento das instâncias - dos núcleos de base às direções municipais, regionais e nacional; o pragmatismo, a competição, o eleitoralismo correm soltos, csgarçando o companheirismo, a convivência fraterna e a solidariedade... Cresce entre nós o inconformismo com aqueles que, transformados em 'notáveis' pela força da militância, fazem tudo para ser mais iguais que os outros. Tanto é verdade que certas 'personalidades públicas' do partido tentam submeter o coletivo a seus desígnios particularistas, chantageando a militância e afrontando a democracia interna.

"A democracia é a vida do PT. Sem esta seiva, nosso projeto se exaure, fenece. Ninguém, nenhuma liderança, nem mesmo o Lula, pode se sobrepor às maiorias e às decisões democráticas, legitimamente firmadas no interior do PT".

E conclui dizendo: "recuperar o espírito de partido, afirmar a democracia interna e superar a fragmentação - que enfraquece o partido, afugenta os filiados e desanima a militância, nosso principal patrimônio - implica, além de um basta às ambiguidades e distorções na política e no perfil partidários, um conjunto de medidas organizativas. Entre elas, derrotar aquelas concepções que não dão importância ao trabalho partidário junto aos movimentos sociais - exatamente num momento em que é preciso superar o atual impasse no movimento sindical -, que defendem o afrouxamento das instâncias como virtude e que confundem democracia com ampliação do núme-

A preparação do 8º EN tem originado uma série de iniciativas que visam estabelecer novas bases para uma nova hegemonia no PT.



ro de integrantes das direções, impedindo seu funcionamento efetivo e ampliando, ao invés de reduzir, a centralização decisória.

“Entre os vários desafios do PT, há um central: a elaboração de um Programa de Ação de Governo que atualize, aperfeiçoe e amplie o PAG-89, mantendo-se as diretrizes de caráter democrático-popular. E que sintetize as grandes reformas estruturais em torno das quais devem convergir os nossos dispersos esforços setoriais... A disputa de 94 é uma referência importante, um marco decisivo. Mas nosso projeto não se esgota aí, com a vitória ou a derrota. É preciso, desde já, no debate democrático, sem sectarismo, rotulações ou preconceitos, reabrir os caminhos para concretizar nosso sonho, mais vivo do que nunca, de uma sociedade justa, fraterna, solidária, sem repressão nem exploração: a utopia do socialismo democrático”.

Este manifesto tem recebido desde o início de sua divulgação mais assinaturas, e sua influência nos debates no interior da Articulação e do partido tem crescido.

A reunião do Comodoro

A iniciativa nacional de peso seguinte visando o 8º Encontro Nacional foi a realização de uma reunião no Hotel Comodoro, em São Paulo, no início de março, a convite do Lula. Dela participaram companheiros de diversos setores da Articulação, e os principais dirigentes do Projeto para o Brasil. Ou seja, a sua composição foi fundamentalmente a Articulação mais o setor mais reformista do partido. O objetivo da reunião era começar um processo de formação de uma

nova maioria para o PT. Se desse bom resultado, inclinaria o eixo do partido mais para a direita (com os setores mais à esquerda em posição muito desconfortável). Mas uma série de problemas diminuíram bastante o seu impacto.

A representação da Articulação era muito desigual; muitos dos seus integrantes, além disso, discordavam de começar uma discussão sem reunir formalmente a Articulação e já incluindo os dirigentes do Projeto para o Brasil (e sem outros setores do partido, como a tendência Democracia Socialista, ou o líder da bancada federal, Vladimir Palmeira).

Ao final, foi indicada uma comissão para elaborar um texto formada por José Dirceu, Olívio Dutra, Luís Dulci, Rui Falcão, Augusto de Franco e Ozeas Duarte. Rui Falcão, contudo, já ausente quando seu nome foi indicado, não aceitou participar. Até agora o texto não foi divulgado; na verdade, a partir daí as iniciativas passaram a ser fundamentalmente dos estados, e em geral as articulações que têm sido encaminhadas não correspondem à composição da reunião do Hotel Comodoro.

A contribuição de Minas

Uma das iniciativas estaduais mais importantes na preparação do 8º Encontro até agora foi tomada por companheiros de Minas Gerais, com o manifesto *Por um PT Socialista, Democrático e de Lutas*. Seus signatários são a grande maioria dos membros da Articulação no estado (incluindo os membros do Diretório Nacional, Luis Dulci e Carlão), os membros da tendência Democracia Socialista, e muitos companheiros que não integram correntes organizadas. Seu propósito explícito é “construir um novo campo hegemônico”, “criar as bases para a estabilização de uma nova maioria e centro dirigente do Partido”.

Após uma caracterização geral da situação política brasileira, coloca o dilema atual do PT: “nosso partido nasceu negando este apartheid social; por isto, amplas parcelas das massas populares, de trabalhadores, de gente simples, se identificaram com a sua proposta. Forjamos nossa identidade coletiva inicial em estreita ligação com os movimentos sociais, em contraposição às instituições políticas dominantes, e com uma cultura marcadamente anti-estatal, autônoma e socialista.

“Hoje esta identidade parece ameaçada. De um lado, pela própria crise do ideário e do movimento socialista. De outro lado, pelo fato de o partido, em função de seu próprio sucesso eleitoral, ter assumido parcelas de poder no país e ter se incorporado à institucionalidade política brasileira. Como consequência principalmente deste segundo aspecto, o PT vem modificando sua prática política e sua relação com a



Às vésperas do plebiscito

O PT definiu-se, após consulta interna, pelo presidencialismo. A força deste pronunciamento da militância impôs uma unificação do partido, implicando na correta decisão do Diretório Nacional de exigir de todos os filiados o respeito a uma deliberação democrática. Se isto é bastante positivo, a aparição pública do partido está longe de manifestar, com o vigor necessário, a posição de conjunto resultante das discussões partidárias. A entrada em cena como partido não mudou os termos de uma disputa demagógica, que não prepara o terreno para desdobrar-se em reformas democráticas. O PT superou a difícil situação anterior de apresentar-se com duas caras e subordinado às duas frentes. Agora, tem uma posição unificada, mas, ainda, está (como antes) submetido à um confronto onde prevalece a hegemonia liberal.

O DN, além de ratificar a posição definida na consulta interna, discutiu a forma como o partido deveria participar da defesa do presidencialismo. A decisão do DN, neste aspecto, ficou a meio-caminho entre uma postura independente do partido e a diluição na vala comum da frente presidencialista. Foram derrotadas as propostas que defendiam um espaço próprio do PT, o que obrigaria a uma clara demarcação com o discurso (comum às frentes) que esvazia a crítica às regras que definem a representação política.

O DN incorporou à sua resolução a necessidade de vincular ao presidencialismo a defesa da proporcionalidade igual para todos os estados na representação eleita, uma nova relação entre os eleitos e os partidos, o questionamento à manipulação das eleições pelo poder econômico e a urgência em democratizar os meios de comunicação. Além disso, é parte da resolução a crítica à mistificação das opções em disputa, cada uma se apresentando, à sua maneira, de forma salvacionista e buscando iludir a população quanto à natureza dos grandes problemas políticos e sociais do país.

Há que se convir que manifestar estas posições em um programa comum com notórios beneficiários daquilo que criticamos, no mínimo, corre o risco de ser desmoralizador. Mas ainda assim, toda a argumentação que conduziu à resolução do DN afirmava a disposição em diferenciar-se e que o PT poderia desenvolver sua posição integral no interior da frente. Não é isto que estamos vendo.

A consulta aos filiados expressou a vitória do amplo sentimento do partido em dar à candidatura Lula uma identidade radicalmente democrática, comprometida com transformações sociais. Foi uma evidente rejeição ao esvaziamento da disputa presidencial e à previsível substituição de um governo Lula por um gabinete de perfil moderado. Mas este resultado pode ser visto também como uma crítica dura à

direção do PT que permitiu o enorme atraso na definição partidária, a divisão dos petistas entre duas frentes e a consequente subordinação política em cada uma delas. A base militante repôs a unidade partidária mas não poderia resolver aquilo que não estava ao seu alcance. Cabia à direção dar sequência a este posicionamento e colocar no centro da defesa do presidencialismo a luta por amplas reformas políticas e por transformações sociais.

O que menos há em cada frente (à exceção da excrescência monarquista) é unidade programática. Ao contrário, o momento seguinte ao despolitizado plebiscito será a passagem a lutas que oporão o PT e setores democráticos a uma reunificação dos vários ramos de direita presentes em todas as frentes. Tanto na hipótese de ocorrer a revisão constitucional ainda este ano, como na disputa já iniciada para presidente, estes campos serão estabelecidos. Ao não aproveitar o momento do plebiscito para fazer a crítica dos termos em que foi colocado, ao aceitar a vala comum da fraseologia liberal, o PT estará concedendo um tempo precioso para a rearticulação de inimigos históricos.

Neste sentido não interessa ao partido, e nem é esta a condição da vitória do presidencialismo, a unidade da frente presidencialista.

Carlos Henrique Árabe

sociedade. Sua base social ampliou-se, o que faz com que seus interlocutores privilegiados não possam mais ser reduzidos ao universo do movimento popular organizado. Sua condição de alternativa imediata de governo obriga a que o partido apresente propostas políticas de curto prazo que levem em conta o conjunto dos atores políticos que efetivamente contam e sua força na sociedade. As concepções que o partido possui foram suficientes para nos trazer até aqui. Mas hoje o partido patina...

“Como resposta a esta ‘crise de identidade’ dois movimentos são perceptíveis no interior do partido. De um lado, o *Na luta, PT!*. Um movimento que, mesmo que levemos em conta sua natureza recente... pode ser caracterizado em algumas de suas formulações como ingênuo, parcial e simplificador... O segundo movimento vem se impondo a partir da prática de parlamentares e dirigentes nacionais; seu centro formulador situa-se no interior do *Projeto para o Brasil*... Tais companheiros, situados no centro nervoso da luta institucional, parecem deslumbrados com as modificações pelas quais passou o cenário político brasileiro..., a ponto de, não percebendo seu caráter ainda limitado, proporem que o partido exerça a condição de sócio plenipotenciário do sistema político, assumindo responsabilidades que não são suas, em nome de uma governabilidade genérica.

“Não se trata apenas, neste caso, de uma atitude dúbia com relação ao governo Itamar, mas de uma postura geral. De posições que, na pressa de se credenciarem como interlocutores para toda a sociedade (o que, por si só, não tem nada de errado), abrem mão de características distintivas de nosso projeto político e estratégico, em nome de supostos ‘interesses nacionais’... E, finalmente, de posições que preparam-se para abrir mão da disputa de hegemonia na sociedade, sob o pretexto de que tal atitude é autoritária: como diz o companheiro Marcos Rolim, em seu artigo *PT: Partido de Interlocução*, o PT ‘não pode fixar o objetivo de ganhar a sociedade, ou a sua maioria, para as suas idéias’.

“Os signatários deste Manifesto não se alinham a nenhum destes dois movimentos. Mas, evitando qualquer intenção de bloqueio ou sectarização do diálogo partidário, propõem-se a realizar um esforço obstinado, sincero e construtivo no sentido de absorver as suas melhores contribuições e propósitos. Por isso, propõem-se a iniciar a construção de uma terceira alternativa na disputa que se abre pelos rumos do nosso partido. Propõem-se a contribuir para a reconstrução de uma maioria partidária.

“Almejamos um campo que parta do suposto de que o PT não nasceu como depositário de verdades definitivas e superiores, em si mesmas, às disponíveis na sociedade e que, portanto, aceita (e deve) incorporar lições da luta política democrática. Mas também um campo que não admite a ruptura com nosso espírito libertário e socialista, com nossa rebeldia perante o Estado e suas razões e que, mesmo caminhando permanentemente no fio da navalha, seja capaz de distinguir entre o necessário tensionamento dos limites institucionais e a capitulação perante estes. Um campo que busque nas resoluções do 5º ENPT e do 1º Congresso suas referências políticas de atuação...”

O manifesto segue com uma síntese destas referências políticas, uma discussão dos desafios enfrentados pelo PT e uma caracterização do partido que queremos.

Divisões na Articulação

Outros estados em que as composições estaduais terão uma influência decisiva no 8º Encontro são o Rio Grande do Sul e São Paulo. Em ambos a *Articulação* dividiu-se na disputa nas capitais e muito possivelmente se dividirá também a nível estadual.

Em Porto Alegre, além de uma chapa com muito peso local - e uma orientação geral de esquerda -, mas com pouca incidência nas discussões nacionais, formaram-se dois campos. Um reunindo a *Democracia Socialista*, a maioria da *Articulação*, o coletivo em torno dos mandatos do deputado Flávio Koutzii e do vereador Henrique Fontana, o coletivo *Opinião*, a *Força Socialista*; outro polarizado pelo *Projeto para o Brasil* e que inclui parte da *Articulação*, ex-integrantes da *DS*, ex-integrantes recentes do *PCB*.

O primeiro campo apresentou um manifesto que se baseia nos manifestos da esquerda da *Articulação* e do campo de Minas Gerais; o segundo um manifesto que reproduz idéias tradicionais da antiga tendência *Nova Esquerda*.

Na hipótese desta composição se reproduzir a nível estadual, o primeiro campo incluirá os companheiros da *Articulação* ligados ao trabalho rural, e provavelmente será amplamente majoritário no PT gaúcho.

Em São Paulo a *Articulação* também tende a participar dos encontros dividida. O setor identificado com o *Manifesto aos*

petistas da esquerda, que desde 1992 é majoritário na capital, ampliou muito seu apoio na Grande São Paulo e no interior do estado. A nível estadual deve reunir pelo menos metade dos delegados identificados com a *Articulação*. Provavelmente apresentará chapa própria, sem composição com outros setores.

O segundo setor fundamental da esquerda petista em São Paulo, em termos de peso no partido, é o do campo formado pela *Democracia Socialista*, pelo *Forum do Interior*, a *Vertente Socialista*, a *Força Socialista* e por outros coletivos de companheiros. Embora em termos de chapas estes dois setores participem separadamente, discutem a elaboração de uma “Declaração” comum, incluindo também os companheiros do movimento *Na luta, PT!*, e a apresentação de um candidato comum a presidente na capital (que seria indicado pela *Articulação*, como setor majoritário na esquerda petista paulistana). Esta composição garantiria a maioria no encontro (polarizando com uma outra parte da *Articulação* e o *PPB*).

A nível estadual é possível que esta aproximação entre os vários setores da esquerda petista se reproduza. Uma indicação importante disto se deu na aprovação na Comissão Dirigente Estadual de uma proposta de resolução para o Encontro Estadual sobre *OPT* e as *Eleições 94* muito à esquerda, contra a oposição apenas de representantes do *Projeto para o Brasil* e de uma minoria da *Articulação*.

Passos reais

Há diferenças importantes entre estes vários movimentos. Por exemplo, entre a situação de Minas Gerais, em que a *Articulação* se mantém no fundamental unida, e busca formar um novo campo com capacidade dirigente no PT privilegiando uma aliança com a *DS* e outros setores de esquerda, e a situação em São Paulo e no Rio Grande do Sul, em que o provável é uma divisão da *Articulação*. Porém, há uma tendência que se destaca. Parece claro que as iniciativas à esquerda estão tendo mais impacto e sucesso, crescendo as possibilidades de conseguirem uma forte e positiva alteração da direção nacional.

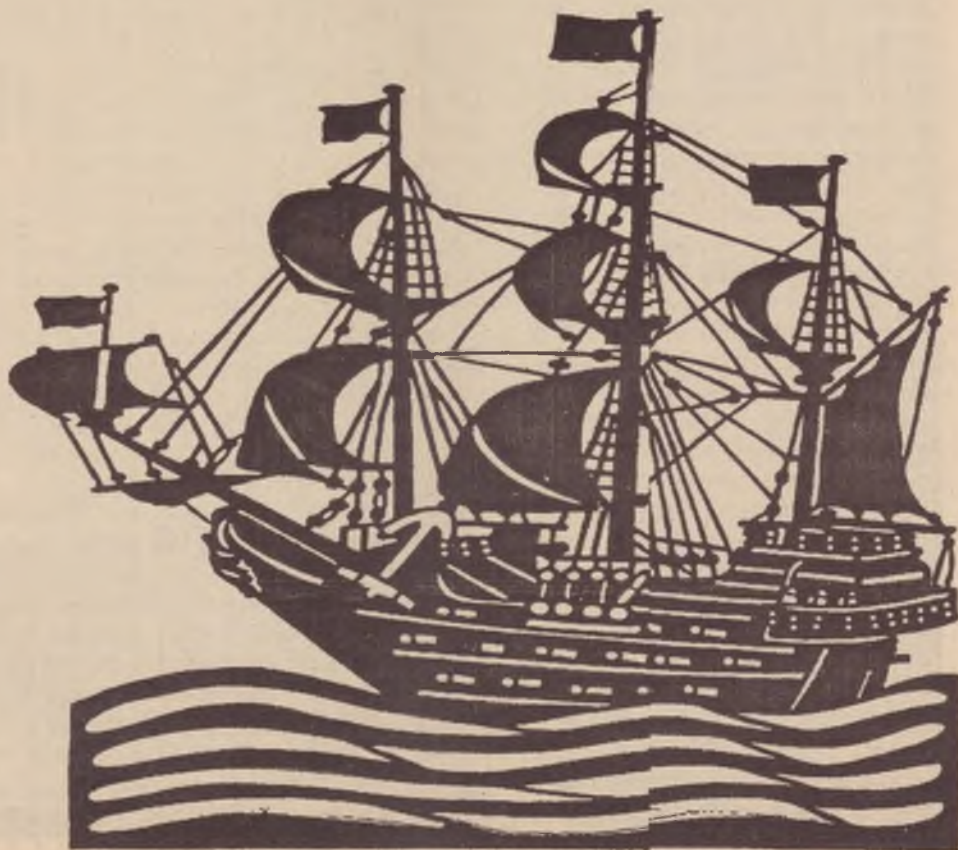
Mas as clivagens internas ainda se dão em torno de pontos gerais, de definições programáticas, não tendo, até o momento, avançado muito no terreno das disputas concretas em torno à candidatura Lula, à construção partidária, a qual processo construir para a conquista do governo. E aí pesam as idéias já estabelecidas por uma visão moderada de programa e de governo de “centro-esquerda” - ainda que crescentemente contestadas internamente - mas que não serão superadas apenas pela simples negação. Este é um terreno que necessita um investimento coletivo da esquerda do partido.

De qualquer forma, de conjunto o processo está avançando com passos reais sendo dados pela esquerda para resolver a crise de hegemonia vivida pelo PT. □

João Machado é membro da Executiva Nacional do PT

Há diferenças importantes nos movimentos em curso em vários estados. Enquanto em MG a Articulação mantém-se unida, em SP e no RS ela está bastante dividida.

As iniciativas à esquerda estão tendo mais impacto e sucesso, crescendo as possibilidades de conseguirem uma forte alteração da direção nacional.



A luta pelo governo

JUAREZ GUIMARÃES

Qual o caminho que deve ser trilhado para a conquista do governo central do país pelo PT e para alavancar as transformações profundas da sociedade brasileira? Em torno deste tema central divide-se hoje o nosso movimento político.

A opção transformista

O primeiro caminho proposto - que levaria à própria perda de identidade socialista do nosso movimento - é o que pretende ancorar o centro da governabilidade de um futuro governo democrático-popular exclusiva ou fundamentalmente na institucionalidade vigente. O conteúdo "estatal" ou estatizante deste caminho revela o significado mais profundo desta opção estratégica: tratar-se-ia de uma "revolução passiva", "uma revolução sem revolução", uma plataforma de mudanças pactadas com as classes dominantes a partir da conquista do governo central.

O caráter passivo desta estratégia implica em deslocar o centro de gravidade do movimento *de forma definitiva* do processo vivo de auto-organização dos trabalhadores e setores aliados para o Estado e suas instituições, mesmo que renovadas. O próprio Partido dos Trabalhadores, de construtor ativo da hegemonia, passa a ter uma função meramente instrumental, tornando-se apêndice daqueles que detêm direito a voz e voto nas instituições governamentais e parlamentares.

Nessa estratégia, o programa passa de *transformador a transformista*, perde sua radicalidade em função de mudanças moleculares no espaço deteriorado da correlação de forças. Da crítica à economia política do grande capital no Brasil passa-se à mera crítica da política econômica. Tem-se como horizonte máximo a rearticulação e utilização alternativa dos instrumentos de política econômica, como se isto fosse possível sem alterar profundamente a escala de poder e valores que marcam a economia brasileira desde o período do regime militar.

Coerente com esta visão transformista do programa, trabalha-se com a noção de um programa de centro-esquerda,

apoiando unilateralmente as expectativas de aliança com o PSDB e forças políticas assemelhadas ideologicamente. Ao invés de um governo coerentemente de esquerda, centrado em uma dinâmica democrático-popular, que realisticamente polariza alianças no espectro das forças progressistas (inclusive no PSDB, no PDT e até no PMDB), dissolve-se a identidade num espectro de alianças onde o pólo hegemônico desloca-se da esquerda em direção ao centro. A conformação de um novo bloco histórico de alianças sociais estratégicas corre o risco de ser amesquinhada por barganhas eleitorais, típicas de um sistema partidário que não compete ideologicamente mas transaciona camaleônicamente o poder político.

Por fim, à CUT empresta-se uma função básica de representação e negociação de interesses - ainda corporativa, já que não inscrita numa estratégia de construção de uma nova hegemonia - em detrimento de sua função mobilizadora e articuladora da unidade na luta dos trabalhadores e setores populares.

O caminho "esquerdista"

O segundo caminho é formulado como resultado da tentação esquerdista de operar com sinais trocados, de inverter as setas em relação ao primeiro caminho criticado. Aqui, o tema da governabilidade do mandato democrático-popular desaparece em troca da ênfase quase exclusiva na noção de ruptura ou, então, é visto simplificadamente como mera projeção das mobilizações populares. O caminho complexo da criação de uma dinâmica positiva de dualidade de poderes e sua resolução democrática é substituída simplificadamente pelo momento negativo do rompimento da ordem, esquecendo-se que um governo deve ser capaz de governar e que a ultrapassagem da ordem não pode se dar no vazio mas deve ser concomitante à construção de uma nova ordem estatal qualificativamente mais democrática. Enfim, se o primeiro caminho fracassa na criação de uma nova ordem porque se adapta à existente, o segundo não é capaz de dirigir a criação do novo porque se detém no momento da negação.

O enfoque programático neste caminho tende a ser maximalista e não historicamente concreto de transição entre dois

períodos históricos, sem levar em conta que, mesmo em um processo ofensivo de alteração da correlação de forças em favor do campo democrático-popular, a sua aplicação é mediada pela resistência das classes dominantes, pelo uso que elas podem fazer de suas posições no Judiciário, no Congresso, nos meios de comunicação de massa, nas Forças Armadas e, principalmente, no poder econômico. Mesmo a conquista das reformas demandará um tempo político denso de contradições, no qual o governo democrático-popular terá que navegar adiante em meio a um mar de pressões sem perder o controle do leme.

Neste caminho, a estratégia das alianças tende a se reduzir ao espectro classista, isto é, aquelas forças que são ideologicamente ou organicamente vinculadas aos interesses dos trabalhadores e setores populares. Aqui, é a noção mesmo de hegemonia - significa capacidade de acomodar interesses distintos e até conflitantes sem perder a liderança - que é

Na estratégia que ancora a governabilidade na institucionalidade vigente, o programa passa de transformador a transformista.



esquecida ou empobrecida. Mas uma força que quer ser dirigente de uma Nação, em um cenário internacional adverso em que a construção do socialismo aparece limitada em sua dinâmica, terá que ter toda uma estratégia de combate frontal, de pressões, negociações com o grande capital, terá que continuamente, além de manter coesa e em movimento sua base classista, agir politicamente para desagregar, deslocar, isolar as forças econômicas dominantes evitando que elas adquiram uma força política reacionária poderosa e unitária.

Por fim, este segundo caminho prescreve à CUT a continuidade de um caminho meramente reivindicativo, sem ter a dimensão de que ela deverá ser um dos instrumentos fundamentais, guardada a sua autonomia, de organização da base de sustentação ativa do governo democrático-popular. Que ela terá de combinar um esforço reivindicativo em patamar superior com funções de co-governo, pela base, neutralizando ativamente ações capitalistas de desinvestimento, especulação, sabotagem da distribuição de gêneros e de inflação.

Contradições e unidade

Para construir um caminho estratégico de esquerda e, ao mesmo tempo viável, é necessário reconhecer que a conquista do governo democrático-popular trará contradições para o nosso movimento político em seu programa, em seu método, em sua ação.

A primeira contradição - que centraliza todas as outras - é aquela que opõe, de um lado, a nossa condição de governo (governabilidade) e, de outro, a nossa intenção de fundar um novo Estado e uma nova ordem econômica (ruptura).

A segunda contradição é aquela que opõe o programa prático de governo limitado economicamente pela correlação de forças, pelas leis e instituições vigentes e o programa democrático-popular que tende a romper com a dinâmica do grande capital em todas as esferas da sociedade brasileira.

A terceira contradição é aquela que opõe a dinâmica do alargamento das alianças operado pelo governo para conquistar sustentação política e seus atos de governo e a dinâmica de radicalização das lutas classistas que a conquista de governo despertará.

A quarta contradição será aquela existente entre as pressões desencadeadas sobre a CUT para que ela lute por uma pauta de reivindicações que vão além daquilo que o governo democrático-popular poderá imediatamente atender e a pressão, do alto, para que a CUT apoie o governo democrático-popular.

As duas estratégias criticadas trariam, de um lado, o rompimento da unidade de nosso movimento político pela "direita" e, de outro, pela "esquerda". O desafio é como projetar a síntese destas contradições em um caminho estratégico que recomponha a unidade do movimento em um patamar qualitativamente superior. A construção de um movimento democrático-popular, organizado de forma permanente na sociedade, é a forma de responder estrategicamente a este desafio.

Movimento democrático-popular

Chamamos de movimento democrático-popular ao movimento político que tem como perfil programático a defesa de reformas estruturais no Estado, na economia e na sociedade brasileira como modo de superar a crise. Contrapõe-se frontalmente à ideologia neoliberal, abrindo um período de disputas amplas de idéias, valores e projetos. Propõe-se a criar o clima ideológico, político e cultural no interior do qual disputaremos o governo central do país.

Para a organização prática deste movimento devem conver-

gir a representatividade das lideranças do movimento democrático-popular na institucionalidade, a força militante do PT e de seus partidos estratégicos aliados, a representatividade classista acumulada pela CUT, sindicatos e entidades do movimento popular. Isto é, visa-se desde já construir um espaço criativo de combinação, esforço comum e coordenação de instrumentos que hoje atuam isoladamente e não poucas vezes até em conflito. O movimento democrático-popular deverá ir criando uma estrutura orgânica (na base e de estilo coordenação), acumulando uma capacidade de mobilização capaz de despertar milhões e milhões para uma atividade política contínua.

Seguindo a grande lição das jornadas pelas *diretas-já* e pelo *impeachment* de Collor, este movimento deverá combinar mobilização social e ação institucional. Neste sentido, a me-

A conquista do governo trará contradições para nosso movimento em seu programa, método e ação.



lhor estratégia seria apresentar iniciativas populares de lei ao Congresso em torno de um elenco definido e prioritário de reformas estruturais. Visa-se desde o início que estas emendas sejam apoiadas por um arco plural de forças e personalidades.

Entre as reformas estruturais, devemos priorizar alguns temas-chaves: reforma agrária (vinculando-se ao combate à fome), a dívida externa (vinculando-a a um programa de investimentos na área social), distributivista (que incida sobre impostos, juros e salários), de defesa e democratização das estatais (vinculando-a à defesa de um novo modelo de crescimento para o país) e feminista (expondo um tema central da opressão sofrida pelas mulheres).

O movimento democrático-popular deverá ter uma função conjuntural e estratégica. Conjuntural: criar desde já um campo de oposição de massas ao governo Itamar que se projeta inclusive para além dele; retirando o movimento sindical e popular da ação meramente corporativa e a nossa ação institucional do isolamento e da impotência. Estratégica: ir criando desde já a ofensiva ideológica, a alteração da correlação de forças e a base programática para realizar em um segundo momento a síntese das contradições que enfrentaremos caso cheguemos ao governo central do país. Este amplo movimento de massas deveria servir de eixo para a nossa intervenção no processo de reformas constitucionais deste ano e para a nossa participação nas eleições parlamentares e para governos estaduais do ano que vem. Temos todo o interesse em nacionalizar estas disputas, politizar as eleições legislativas no sentido de retirar o sentido molecularmente conservador que, em geral, expressam. □

O movimento político que necessitamos organizar-se-á em defesa de reformas estruturais no Estado, na economia e na sociedade.

No dia 20 de março, o presidente russo Boris Yeltsin anunciava na televisão uma espécie de golpe branco, pelo qual ele estabelecia um regime autoritário a partir de uma "ordem especial de manutenção". O parlamento que encerrava seu trabalho (o 8º Congresso) tinha retirado os poderes extraordinários em matérias econômicas que lhe haviam sido concedidos em 1991.

Anunciava também a realização de um plebiscito para 25 de abril, onde os eleitores seriam chamados a respaldar Yeltsin.

O vice-presidente Rustkoy, o Tribunal Constitucional e o Congresso dos Deputados do Povo, reunido extraordinariamente, rapidamente reagiram contra o presidente. Quando o pronunciamento de Yeltsin veio a luz na forma de decreto, em 25 de março, seu conteúdo tinha sido bastante alterado, transformando-se em uma iniciativa para reequilibrar os poderes na Federação Russa.

O Congresso dos Deputados iniciou, no dia seguinte, a discussão do processo de impeachment de Yeltsin, afinal votado no dia 28 de março. Ele teve 617 votos contra 268, quando eram necessários pelo menos 689 em 1.033 votos para que fosse aprovado.

Mas, simultaneamente, o Congresso dos Deputados do Povo procurou reverter a seu favor a proposta de plebiscito de Yeltsin.

Empreendeu, no dia seguinte, em 29 de março, mais um movimento no tabuleiro de xadrez em que se transformou a disputa política na Rússia, definindo regras para o plebiscito que o transformam numa armadilha para Yeltsin. Segundo a posição aprovada pelo CDP, os eleitores serão chamados a se posicionar, em 25 de abril, sobre quatro perguntas:

- Você confia no presidente russo, Boris Yeltsin?

- Você aprova a política socioeconômica posta em vigor pelo presidente e o governo russo desde 1992?

- Você considera necessário antecipar a eleição para presidente?

- Você considera necessário antecipar as eleições para o Congresso dos Deputados do Povo?

Pela posição do CDP, o plebiscito necessitará da aprovação de pelo menos 50% dos eleitores inscritos e não dos votantes, como propunha Yeltsin. Agora, o presidente russo estuda seus próximos movimentos. Entre as alternativas que lhe propuseram está a realização de um plebiscito paralelo.



ENFRAQUECIMENTO

POUL FUNDER LARSEN

Na medida em que a 8ª sessão do Congresso dos Deputados do Povo aproximava-se de seu final, Sergei Shakhrai, principal assessor do presidente russo Boris Yeltsin durante o congresso, disse à televisão russa: "Se não resolvermos esta disputa, estaremos em uma situação onde a revolução e o caos prevalecerão".

Certamente não haverá revolução - ou mesmo amplas mobilizações de massa - no futuro imediato, mas é verdade que o congresso representou um sério golpe nas tentativas de restabelecer uma estrutura de poder eficiente e centralizada na Rússia.

Mas, subjacente a estas flutuações na correlação de forças entre o congresso/parlamento e o presidente, são os movimentos na sociedade russa que determinarão, em grande medida, o seu resultado final.

Há, principalmente, o fracasso das reformas econômicas de Yeltsin - e a consequente queda rápida na sua popularidade - traduzindo-se em uma crise de todo o projeto neoliberal; o fortale-

de oposição que, entretanto, permanecem divididas em uma multidão de diferentes correntes; a passividade da classe trabalhadora e do povo, em geral expressando um crescente ceticismo perante todos os partidos envolvidos na luta pelo poder; e, finalmente, a explosiva ascensão do regionalismo dentro da Federação Russa, que pode, logo, obscurecer a luta pela liderança de um centro enfraquecido.

Queda de Gaidar no 7º Congresso

A derrota sofrida por Yeltsin no 7º Congresso dos Deputados do Povo em dezembro de 1992, onde ele teve que abandonar seu primeiro-ministro neoliberal Ygor Gaidar, não foi pequena, nem resultou essencialmente das maquinacões das forças ao redor de Ruslan Khasbulatov, presidente do Soviete Supremo. Ela foi, antes de tudo, uma expressão da crescente resistência às reformas mercantis na sociedade em geral e no aparato em particular.

O programa de reformas de Gaidar dava uma prioridade total à "estabilização financeira", obedecendo fielmente as linhas traçadas em um memorando ao FMI do inverno de 1992. Mas os alvos extremamente ambiciosos de cortes no déficit orçamentário, redução da inflação e rápido movimento no sentido da conversibilidade do rublo nunca foram atingidos. O programa provocou uma grande queda nos níveis de vida da população na medida em que os preços subiram duas vezes mais rápido que os salários durante 1992 e início de 1993. Isso significou um achatamento nos salários reais em cerca de um terço. Enquanto isso, a produção industrial caiu cerca de



20% em 1992, os investimentos em 50% e nenhuma estabilização financeira foi atingida. No final de 1992, a inflação mensal voltava a aproximar-se dos 40%, enquanto todos os sonhos de conversibilidade do rublo (originalmente na base de 80 rublos por dólar) foram esquecidos, com o rublo atingindo mais de 500 por dólar.

Entretanto, mesmo depois do 7º Congresso, o gabinete de Gaidar permaneceu em grande medida intacto (exceto pelo próprio Gaidar) e nenhuma mudança decisiva no terreno econômico foi implementada. De fato, o ministro para a privatização, Anatoly Chubais, pretendia acelerá-la para "tornar a transição para o mercado irreversível". No final de 1992, apenas 10% das empresas da Rússia haviam sido privatizadas - e estas eram fundamentalmente pequenas empresas nos setores de comércio e serviços. Porém, no final de janeiro uma onda de editais de privatização de grandes empresas começou, incluindo, mais recentemente, a enorme fábrica de carros Zhil.

O fracasso de Yeltsin e sua equipe em levar em conta os sinais do 7º Congresso para reduzir a velocidade das reformas de mercado unificou a oposição na retomada do 8º Congresso.

A unificação da oposição

Mas o impasse nas reformas econômicas neoliberais teve outra, possivelmente mais séria, consequência econômica para Yeltsin do que a alienação da maioria dos Deputados do Povo.

A crescente independência das diferentes partes do aparato e o colapso das estruturas governamentais, que já era aparente na era Gorbachev foi acelerada na medida em que as reformas removeram controles governamentais, introduzindo maior instabilidade e desigualdade nas relações entre regiões, ramos e instituições estatais. O abismo entre o ramo administrativo (os soviets) e o executivo, que atingiu seu auge no 8º Congresso, pode ser encontrado em todos os níveis.

Neste clima, a corrupção está tomando-se um fenômeno social massivo na medida em que as instituições estatais, as estruturas comerciais e, em alguns casos, o crime organizado se integram. A perda de sua popularidade após o fracassado golpe de agosto de 1991 enfraqueceu ainda mais a posição de Yeltsin.

Crise do projeto de Yeltsin

A popularidade declinante de Yeltsin é uma indicação do colapso da hegemonia ideológica liberal dos últimos três anos. Sob o slogan "um retorno ao mundo civilizado" (isto é, ao capitalismo), intelectuais liberais e novos empresários, em uma aliança com parte da velha *nomenklatura*, trabalharam para respaldar sua reforma de mercado.

Mas na medida em que a verdadeira face da civilização começou a tornar-se conhecida e depois da afirmação de Yeltsin de que as coisas começariam a melhorar no outono de 1992 ter-se esfumado, a crença no mercado como uma cura milagrosa recuou rapidamente.

Na abertura do 8º Congresso dos Deputados do Povo, Yeltsin apelou então para dois de seus velhos truques: o chamamento populista por um referendo com questões sobre o estabelecimento de uma república presidencialista e o direito à propriedade privada da terra era combinado com ameaças crescentemente explícitas de um golpe de Estado na forma de um "domínio presidencial direto" se o congresso não aceitasse suas demandas.

Em suas palavras, "é necessário respeitar a constituição, mas se os conservadores forem a extremos na demolição da Rússia, então para salvar a democracia, para salvar as reformas...". A ameaça de um golpe era tanto um movimento real como uma forma de forçar os deputados a um compromisso.

Em março, Yeltsin estava contando as perdas da sua maioria parlamentar - simbolizada pela passagem de Khasbulatov para a oposição frontal

ao presidente. Apesar disso, estava sendo declarado de forma unânime pela grande imprensa como o vencedor no último confronto entre o congresso e o executivo.

Mas esta visão não permite responder a muitas questões. Inicialmente, a oposição é tremendamente heterogênea tanto dentro como fora do parlamento e dificilmente pode-se dizer que tem um objetivo comum, para não se falar de um programa.

O apelo do Estado forte

Na base do contra-ataque as reformas econômicas de Yeltsin e da restrição de seus poderes, a maioria do congresso atrás de Khasbulatov consiste nos deputados de cerca de 10 ou 11 frações parlamentares e inúmeros partidos. Ela abarca moderados (a União Cívica), nacionalistas extremados (a Frente de Salvação Nacional) e vários tipos de organizações neoestalinistas. O denominador comum é o apelo ao restabelecimento de um Estado forte em articulação com a reforma econômica e as relações internacionais.

As palavras de Sergei Polozhkov, um líder da União Cívica, descrevem seu pensamento econômico: "há dois caminhos possíveis de desenvolvimento para a Rússia - ou a 'latinoamericanização' com a perda da soberania política e econômica e a corrupção onipotente dos burocratas, ou a preservação do potencial industrial, uma política razoável de investimentos estruturais e o controle estatal sobre a transição para relações de mercado, de forma a encerrar a crise".

Nas relações externas, a maioria do congresso inclina-se para uma linha firme nas relações com o Oeste, uma reorientação da política externa russa em direção a Ásia e uma abordagem mais intervencionista em relação à "periferia ampla" (a Comunidade dos Estados Independentes). Pelo menos neste último ponto, Yeltsin moveu-se em direção à maioria do congresso.

Os desenvolvimentos do último ano radicalizaram a oposição a Yeltsin. Oposicionistas moderados, como Arkady Völky da União Cívica, passaram para segundo plano, e figuras como o "patriota" Sergei Baburin passaram para a linha de frente. Khasbulatov é um termômetro útil. Originalmente visto como um liberal quando sucedeu Yeltsin como presidente do Soviete Supremo em 1991, ele permaneceu até o 7º Congresso numa posição intermediária entre Yeltsin e seus críticos mais ácidos. Mas no 8º Congresso dos Deputados do Povo ele posicionou-se contra todo o projeto de reformas de Yeltsin, em um veemente apelo para a saída de Anatoly Chubais e do minis-



tro das relações exteriores, Kozyrev.

Entretanto, esta polarização continua um fenômeno confinado à luta de facções nos níveis superiores do Estado e não corresponde a nenhum crescimento na resistência popular organizada às reformas.

Dentro da oposição há uma clara e preocupante tendência ao crescimento rápido do que tem sido chamado "a nova direita". Crescentemente, camadas mais amplas da oposição apoiam posições chauvinistas. É cada vez mais difícil distinguir os neoestalinistas dos patriotas dentro da chamada aliança "vermelha e marrom".

Regionalização da Federação

O 8º Congresso dos Deputados do Povo assistiu a uma espetacular regionalização da Federação Russa; as regiões tornaram-se atores políticos maiores a nível nacional. A pressão das regiões foi provavelmente a principal razão para o fracasso da proposta de referendo de Yeltsin. No próximo período, tanto o parlamento como o executivo realizarão grandes esforços para obter o apoio das regiões para seus projetos de reformas políticas e econômicas.

As forças centrífugas desencadeadas pela perestroika e pelas reformas mercantis pós-perestroika - que durante os anos de Gorbachev eram visíveis nas disputas entre as repúblicas da União e o centro - ganharam imensa aceleração e agora ameaçam fragmentar a Federação Russa, composta por 83 regiões e 19 repúblicas. O tratado da Federação de março de 1992 - uma das poucas vitórias políticas de Yeltsin depois de agosto de 1991 - estipulava uma nova divisão de poderes entre o centro russo e as regiões (que receberam o controle sobre os recursos terrestres), mas o tratado nunca foi assinado.

As burocracias regionais e republicanas, que se libertaram dos limites administrativos e dos controles quase totais do centro, estão agora em uma posição favorável para ampliarem seus poderes e se enriquecerem. Qualquer força no centro terá que pagar um alto preço para obter o apoio regional para sua política. A médio prazo, o centro pode ser forçado a aceitar o desenvolvimento da Federação Russa em direção a um tipo de confederação "Euro-Asiática". E este processo já começou.

Em três meses, nos 7º e 8º Congressos dos Deputados do Povo, Yeltsin sofreu duas grandes derrotas e muitos já começam a vê-lo como um perdedor político. Não importa que manobras Yeltsin, o parlamento ou os líderes regionais tentem no próximo período, elas não permitirão a superação do fundamental da crise da dominação burocrática e dos projetos de restauração do capitalismo na Rússia. Nenhuma das facções burocráticas em concorrência oferece uma saída viável para o labirinto atual. A crise política e social não irá simplesmente desaparecer. □

Moscou, 17 de março de 1993

Poul Larsen é correspondente em Moscou da revista *Inprecor*



DE YELTSIN

A crescente crise socio-econômica que vive a Rússia deslocou-se para um novo cenário. Poder-se-ia pensar que a queda de 30 a 40% no nível de vida da maioria da população seria recebida com uma sublevação das massas, o nascimento de ativos movimentos sociais e o fortalecimento da auto-organização dos trabalhadores. De fato, a maioria das organizações socialistas basearam suas táticas de luta nesse pressuposto.

Todavia, a realidade foi distinta. Em primeiro lugar, as organizações de trabalhadores tem passado por um processo de transformação de organismos do Estado em uniões independentes; nele, a maioria das nascentes organizações autogestionadas, locais e regionais desintegram-se quase tão rapidamente quanto surgem.

Em segundo lugar, as organizações políticas democráticas que fazem parte da esquerda fracassaram no seu objetivo de superar seu caráter de pequenos grupos de ativistas, normalmente compostos por algumas dezenas de indivíduos nas grandes cidades; continuam nutrindo-se da amorfa e passiva massa de antigos membros do PCUS. A esquerda também continua marcada por uma divisão permanente entre os grupos antes "informais" - o Partido do Trabalho (PT), a esquerda social-democrata, a Confederação de Anarcosindicalistas, etc - e as organizações que se formaram da explosão do PCUS - tais como o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) e o Partido dos Comunistas Russos (PCR).

Um terceiro elemento que determina o curso recente dos acontecimentos na Rússia é que a força dominante na oposição ao regime é o chamado movimento "vermelho e branco". Este movimento conjuga comunistas ortodoxos do Partido Comunista Operário Russo (PCOR) e neoestalinistas com organizações burguesas de direita e inclusive monárquicas. Ele mobiliza setores da população com lemas nacionalistas e patrióticos e com um programa de ressurgimento da Rússia como uma grande potência.

O poder estabelecido tem fortalecido sua posição - enquanto corpo legislativo e enquanto estruturas burocráticas internas - de tal forma que já pode se permitir viver uma aberta luta de facções entre dois grupos: a União Cívica (UC), de um lado, e a equipe Yeltsin-Burbulis-Gaidar, de outro.

Esta luta não se dá entre organizações e partidos políticos no sentido tradicional destes termos. Os principais conflitos tem lugar nas estruturas burocráticas em seus distintos níveis, desde diretores de empresas estatais (agora, supostamente, companhias de capital social), passando por dirigentes de administrações regionais até chegar aos diversos presidentes e primeiros-ministros (há vários na Federação Russa). Os distintos partidos e movimentos de direita gradualmente foram convertendo-se em cúmplices desta batalha na burocracia.



O declínio da esquerda

Uma condição essencial desta crescente crise política é o conformismo da maioria da população. Ele é produto de décadas vividas sob a paralisia política, a que seguiu o agitado período da perestroika e, depois, novamente um nova paralisia em 1992. A população - acostumada a obedecer às ordens governamentais, a sujeitar-se ao sistema de coações extra-econômicas do "socialismo realmente existente" e com muito poucas tradições de vida social independente - tem sido tragada pelo maremoto do mercado da máfia burocrática sem saber como nadar nele.

As velhas barreiras e as antigas garantias desapareceram. A vida é regida, agora, por uma nova máxima universal: cada um por si; a guerra de cada um contra todos. Todavia, diferente de um sistema mercantil totalmente formado, na Rússia este novo mundo carece de qualquer tipo de novas regras estáveis para orientar a vida social. A propriedade e os preços, os valores morais e as normas legais, os primeiros-ministros e as fron-



teiras, tudo caminha com uma inimaginável rapidez e instabilidade. A população encontra-se imersa em um vazio institucional e normativo.

Algumas precárias porções de terra firme são estabelecidas nesse vazio. São centros de poder econômico, social e político que submetem à sua vontade a vida das pessoas. E entre a bruma destas ilhas podemos distinguir os perfis da velha burocracia do partido-Estado, agora com cargos de diretores de empresas e companhias; aí estão também os novos ricos, em sua maioria diretamente ligados, de uma ou outra forma, aos anteriores; em suma, a nova elite política. Neste sentido, a crise econômica e o colapso do país somente se somaram ao caos precedente.

Todavia, a situação com que se confronta a maioria da população não está ainda tão degradada para que ela sofra seriamente. Apesar da queda do nível de vida da maioria, ela não está confrontada de maneira imediata com a fome e a pobreza.

Para o cidadão comum é difícil orientar-se neste novo mundo, compreendê-la e lutar por seus interesses fundamentais. Isto inclusive por alguns fatores contraditórios: na Rússia, saímos de um sistema totalitário que, todavia, continha - ainda que de forma incipiente - germes reais do socialismo. É assim, por exemplo, com a preocupação pela justiça social e o entusiasmo no trabalho (a capacidade de trabalhar coletivamente para o futuro), ou ainda com tradições de coletivismo e autogoverno. Tudo isto era um aspecto da psicologia social russa. Então, junto com os elementos que o mergulha no conformismo, o povo conta também com um acúmulo de vivências e de pessoas capazes de criatividade social e coletiva.

Primeira recomposição

Se é claro o fracasso em construir um movimento de massa da esquerda democrática, no outono de 1992 os socialistas russos deram os primeiros passos para se converterem em uma força política e social.

No transcurso do ano, distintas correntes de esquerda avançaram na sua constituição em par-

OS TÍMIDO

tidos políticos. Da vertente do desaparecido PCUS, o PST e o PCR foram registrados; por sua parte, o PT teve sua conferência de fundação e também os sociais-democratas de esquerda constituíram-se numa fração organizada. Todos eles são demasiadamente ambíguos em suas formas e representam uma ampla gama de posições políticas, mas os primeiros passos foram dados e um trabalho concreto desenvolve-se nos centros urbanos.

Paralelamente, as intermináveis tentativas de unificar todas essas forças obtiveram um êxito inicial em 28 e 29 de novembro, com a realização do *Primeiro Congresso da Esquerda Democrática*, que reuniu 1200 delegados e 300 observadores, vindos das principais regiões da Rússia, a maioria de países da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), dos Estados bálticos e do Cáucaso.

Todo o espectro da esquerda russa estava presente: os principais partidos de esquerda, os grupos sociais-democratas e os nacionalistas do Partido da Rússia Livre (ligado ao vice-primeiro ministro Alexander Rutskoy) e uma lista de organizações que se reivindicam do campo democrático, socialista e comunista. Contou-se também com a presença, especialmente importante, de líderes sindicais russos, da União dos Coletivos de Trabalhadores e do movimento de mulheres e de ecologistas.

O Congresso significou um verdadeiro avanço na construção da unidade entre os ex-membros do PCUS, os partidos da "nova esquerda" democrática e organizações sociais. Os intermináveis discursos sobre a necessidade de formar uma nova força social no país produziram, finalmente, resultados políticos.

Contudo, o passo dado tem suas ambiguidades e a unidade alcançada é muito frágil. Nos documentos emanados do Congresso - e que se apresentam com o nome de Movimento da Esquerda Democrática - as escassas críticas ao governo são matizadas por uma difusa valorização positiva dele e por um vago deslize em direção a poderosas forças chovinistas. No PST, especialmente nos seus grupos regionais, são muito fortes



DA ESQ

S PASSOS

as idéias de uma unidade anti-Yeltsin e de uma reconstituição da URSS como uma força que nós e nossos filhos devemos sentir orgulho. Essas idéias podem ter seu lado positivo, especialmente para gente desacostumada a uma aproximação dialética dos problemas nacionais.

Os limites do movimento das forças de esquerda são vagos: por um lado, estão as correntes que flertavam com os chovinistas “vermelho e brancos”; e por outro, há o peso do bloco da União Cívica e de outras estruturas similares.

Fundado nas vésperas da 7ª reunião do Congresso dos Deputados do Povo, o Movimento da Esquerda Democrática desorganizou-se depois e, por duas semanas, desapareceu dentro do turbilhão das batalhas no Congresso - batalhas em que se enfrentou novamente a instável maioria do parlamento e a equipe presidencial e seus apoiadores.

Uma situação caótica

O 7º Congresso dos Deputados do Povo expôs a trágica situação política do país. Apesar de suas deficiências, o Congresso foi um espelho do pântano em que se encontra toda a Rússia. A maioria dos deputados não teve uma posição política e social firme; preocupados, no fundamental, com sua própria preservação.

Esta maioria evita os extremos - personificados no curso aventureiro proposto por Gaidar - baseando-se em seus poderosos reflexos conservadores, muito mais que por algo que tenha a ver com a democracia. Isso está de acordo com os sentimentos de indecisão e passividade da maioria da população, permitindo-lhe frustrar e inclusive depor líderes, mas a torna extremamente vacilante quando se trata de dar passos concretos.

Confrontados com a ameaça presidencial de dissolver o Congresso, os deputados tomaram medidas extremamente cautelosas sobre um programa econômico diferente; mas aliado a isto, impuseram a mudança do primeiro-ministro e alguns retrocessos pequenos a iniciativas de Yeltsin.

A “oposição oficial” à linha

de Yeltsin-Gaidar, a União Cívica, manobrou e negociou para obter os postos-chaves. O programa econômico dos especialistas próximos à União Cívica pode ser mais útil para ajudar a salvar o país da crise, quando comparado com as experiências monetaristas de Gaidar, mas nada garante que, uma vez no poder, os líderes da UC sigam um caminho qualitativamente diferente do de Gaidar.

A linha dura de oposição ao presidente, por sua vez, com peso importante dentro da maioria do Congresso dos Deputados do Povo, é conformada por grupos demasiadamente heterogêneos de pessoas hostis ao governo, desde “estatistas” moderados até chovinistas, desde comunistas ortodoxos até liberais partidários de um “Estado forte”.

O resultado do 7º Congresso foi um inverno tranquilo, uma calma em que novos e maiores perigos e batalhas políticas importantes foram incubados.

Há várias razões para isso. Em primeiro lugar, a ascensão ao poder de um novo primeiro-ministro deteve um pouco a deterioração da economia. Um poderoso grupo, a burocracia que ocupa os postos intermediários da economia, sobretudo diretores de grandes empresas estatais - não podiam suportar mais tempo os ataques contra os seus privilégios e decidiu lançar uma contraofensiva. Diferente dos gaidaristas, esses líderes entendem que prevenir o colapso da indústria é uma condição para sua sobrevivência. Deram passos neste sentido, principalmente às custas dos trabalhadores e sem atacar as raízes da crise.

Em segundo lugar, foi firmado um pacto entre os dois grupos da burocracia capitalista que se mantém ligado no poder. Por um lado, os partidários de uma economia aberta, uma política monetarista e uma reforma drástica; e por outro, uma facção orientada pela preservação do poder das estruturas do governo, uma reforma moderada e um deslizamento progressivo do socialismo bu-



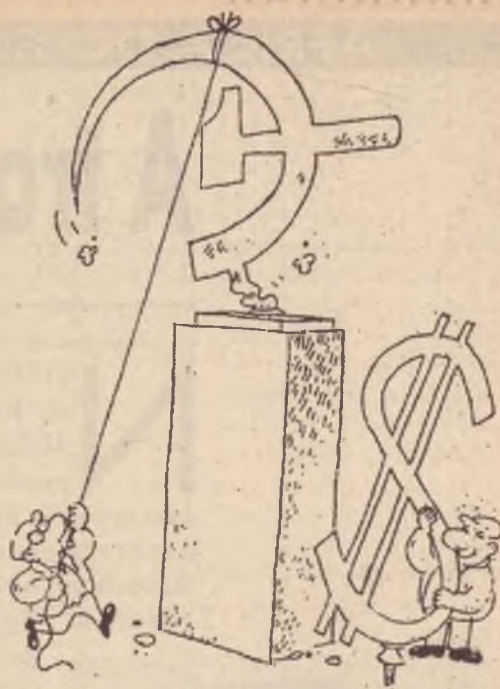
rocrático ao capitalismo burocrático. O cenário político está armado de tal forma que nenhum destes protagonistas poderá declarar-se vencedor sobre o outro.

Em terceiro lugar, o cenário reflete o silêncio da população. A maioria não está preocupada com a política, mas sim com sua sobrevivência em um momento em que a crise econômica e social e das instituições se aprofunda. O trabalhador médio espera, sobretudo, não ser o próximo demitido e que seus salários voltem a crescer.

Novas oportunidades?

Isto impõe certas tarefas à esquerda democrática. Estamos entrando em um período confuso de realinhamento de forças, marcado, em particular, por um processo de refundação do Partido Comunista da Federação Russa (PCFR) e pela preparação do Segundo Congresso da Esquerda Democrática, evento que pode originar uma colaboração entre as organizações sociais e os grupos políticos de orientação socialista.

Finalmente, no campo da esquerda, o acontecimento mais importante dos últimos tempos foi a realização do Segundo Congresso (especi-



al) do Partido Comunista da Federação Russa (a vertente do ex-PCUS nesta república antes do desmembramento da URSS) que foi, de fato, aí refundado. Neste momento, o partido teria meio milhão de membros, segundo seus organizadores, o que o torna o maior partido do país. Todavia, desde seu nascimento, esta organização está atravessada por fortes conflitos internos.

Como trabalhar com os membros desta organização é um dos problemas principais da esquerda democrática. Entre as centenas de milhares de membros do PCFR existem muitos comunistas democráticos que não vêem a viabilidade de uma força política de esquerda no país. Uma oposição democrática poderá aparecer, no futuro, dentro do PCFR. O tempo dirá.

Em qualquer caso, no espectro da esquerda aparecem três forças: o pólo do Partido Comunista Operário Russo e os neoestalinistas; o da esquerda democrática; e, entre ambos, o gigantesco, mas amorfo, Partido Comunista da Federação Russa.

De fato, o “morto devora o vivo”; não tem existido uma transformação revolucionária no sistema social na Rússia. O bloco conservador e a burocracia simplesmente mudaram suas formas e não é surpreendente, portanto, que o panorama político apresente muitas semelhanças com o que existia antes do desmembramento da URSS.

Não obstante, a esquerda democrática aprendeu um pouco nos últimos anos; está mais forte e mais sólida; o grau desses avanços será medido nos meses que virão. □

Moscú, 17 de fevereiro de 1993

Alexander Bouzgaline é um economista russo de orientação marxista e dirigente do Partido do Trabalho



UERDA

A transição pactada

TATAU GODINHO

Neville Alexander é o principal dirigente do Wosa, vivendo na Cidade do Cabo. Militante desde a década de 60, ficou na prisão por 10 anos, por envolvimento na luta armada. Profissionalmente, dedica-se à educação e línguas, tendo se doutorado em línguas na Alemanha. Atualmente é diretor de um projeto de educação alternativa para a reestruturação da política educacional na África do Sul. Nesta entrevista, Alexander fala sobre a situação no seu país e as perspectivas da esquerda nas lutas em curso.



Qual é a situação atual da África do Sul?

Ela é marcada pelo processo de negociação entre o Congresso Nacional Africano e o governo sul-africano. Tanto o governo quanto o CNA estão empenhados em chegar a um acordo e negociar uma situação de estabilidade. As duas elites burguesas, representadas pelo Partido Democrata e pelo Partido Nacional, por um lado, e a elite pequeno-burguesa negra, representada principalmente pelo CNA (e, até certo ponto pela Inkata) estão tentando encontrar uma nova forma de regular o sistema capitalista na África do Sul. Objetivamente, esta é a situação; é isso que se tenta alcançar. Eu diria que, no momento, como a situação se encontra,

não há nenhuma força social organizada capaz de impedir esse processo.

Em segundo lugar, esse processo de negociação, longe de ser o processo pacífico, que todos propagandeiam, é um dos processos mais violentos do apartheid, dessa forma específica de regulação do capitalismo sul-africano. Essa violência vai se ampliar à medida que o processo de negociação atinja seu clímax. Tanto a elite negra como o Partido Conservador, um partido que detém um terço dos votos da população branca, podem desestabilizar este processo. O Partido Conservador oficialmente ainda não apóia a violência, mas já deixou bem claro que não vai admitir nem um governo do CNA, tampouco um governo de unidade nacional que englobe o CNA. E essa ameaça deve ser levada a sério.

A esquerda não tem condições efetivas de desestabilizar ou de apresentar uma estratégia alternativa realista e viável às negociações. Não há como uma organização ou partido de esquerda, um grupo de organizações ou frente que consiga mobilizar as forças sociais capazes de impedir o processo de negociação.

É o Inkata, que representa entre 9% e 15% da população negra, por exemplo, que vem tentando fazer isso desde um ponto de vista oposto. Inkata é uma organização negra liberal, que acredita no capitalismo. Diria que são conservadores mais que reacionários. Eles querem muito uma aliança formal com o Partido Conservador.

Afim de garantir alguma estabilidade é provável que apareça um governo forte antes mesmo da eleição da Assembléia Constituinte. Um governo com força militar capaz de impedir que o país caia na anarquia. Portanto o governo da África do Sul e o CNA chegaram a um acordo básico em que as forças militares do CNA serão absorvidas pelas forças armadas africanas. Um governo de unidade nacional com uma forte base militar é quase inevitável, mas vai significar guerra civil. O CNA espera que por volta de junho deste ano haja o que eles denominam de um Conselho Executivo de Transição, do qual o CNA fará parte, e que formalmente preparará a eleição da Assembléia Constituinte. E esperam que estas eleições sejam em dezembro. O partido do governo insiste que não serão feitas eleições antes de março de 1994, e há quem diga que as eleições serão em novembro de 1994. De qualquer forma, em um prazo de um ano e meio, é muito provável que haja eleições,

a não ser que se desenvolva algum tipo de guerra civil.

Quais são as razões da disputa entre o CNA e Inkata?

É uma longa história. De fato, nos anos 1970 o CNA promoveu o Inkata de uma maneira muito otimista. No final dos anos setenta, quando o Inkata rejeitou as pressões do CNA para fazer de seu território uma base de guerrilha, começaram os tensionamentos. Do ponto de vista subjetivo, houve também o assassinato de pessoas do Inkata com a acusação de envolvimento de pessoas do CNA. Mas objetivamente, o problema é o mesmo que existe em todas as partes da África do Sul. Milhares de pessoas migram do campo para as cidades, expulsas pela seca e a mecanização da agricultura. E elas vão especialmente para as grandes cidades. Em função da legislação do apartheid estas pessoas têm que se estabelecer onde já estão os negros, onde há gente estabelecida por duas ou três gerações, o que cria uma tremenda pressão por recursos de todos os tipos: água, escolas, iluminação, habitação. A tensão social é tão grande que basta uma faísca para fazê-la explodir. Esses conflitos tomam várias formas. Em uma cidade do Transvaal, por exemplo, é o CNA contra Inkata; em outras partes é o governo de Ciskei contra o CNA, contra o PAC, contra o AZAPO; em outros cantos são outros grupos.

Mas essencialmente é o mesmo fenômeno. Essa é a origem do problema. A direção do Inkata usou seus anos de colaboração com o Estado do apartheid para construir uma infraestrutura fortíssima, desenvolveram um sistema de apadrinhamento e clientelismo que faz com que muita gente da pequena burguesia e da área rural seja dependentes deles. É verdade que eles têm um partido de massas, com centenas de milhares de membros.

Você mencionou que a disputa entre essas organizações negras colocaria uma situação de guerra civil. Qual é a dificuldade de chegar a um acordo entre essas duas forças negras?

A natureza do CNA é tal que sua direção consideraria muito difícil fazer um acordo com o Inkata, tanto por razões históricas quanto por razões de classe. É verdade que há uma parte da direção do CNA que aceitaria tal acordo, mas há fortes setores de esquerda que o consideram totalmente inaceitável, que têm uma visão anti-capitalista. Assim, os setores mais pró-capitalistas poderiam construir uma estratégia comum, mas não poderiam sustentá-la por muito tempo. E há também o elemento factual e histórico: milhares de pessoas foram mortas em ambos os lados.

Quais são as diferenciações políticas dentro do CNA?

É difícil, atualmente, caracterizar-se o CNA, de uma maneira geral, como uma força de esquerda. Sua direção não é mais anti-capitalista. Ao contrário. O CNA mantém uma aliança com o Partido Comunista que é, historicamente, um partido estalinista e uma força conservadora no CNA.

A direção do Partido Comunista desenvolve hoje posições de cunho mais euro-comunista, ou de tipo social-democrata, e seu compromisso é, ao contrário, basicamente de recuperar o capitalismo, com o argumento de criar mais empregos, que eles, tanto quanto nós, sabem que não existe. Mas o elemento importante é que a maioria dos sindicatos e da militância de base tanto do Partido Comunista como do CNA embora ainda sejam bastante leais às suas organizações, mais cedo ou mais tarde vão se dar conta que essa direção está compactuando, que esta direção no fundamental está traindo a luta da classe trabalhadora. Já começam a aparecer pessoas na base do CNA e do Partido Comunista que buscam discutir com Azapo, com WOSA, que começam a buscar alternativas de esquerda, demonstrando que outras formas de alianças não são impossíveis. Provavelmente um grupo pequeno se mova para a esquerda, um grande setor permaneça no centro e tenhamos uma ala direita não tão pequena.

Qual é a situação econômica do país?

Ela é bastante difícil, muito embora o governo tenha sido capaz de reduzir a taxa de inflação para abaixo de 10%. No

O processo de negociação entre o governo e o CNA tenta alcançar uma nova forma de regulação do capitalismo sul-africano.

entanto, os gastos com o pagamento da dívida externa são elevados e a taxa de desemprego no setor formal é de cerca de 50%. Pela primeira vez em muitos anos atinge os brancos. A direção burguesa tem procurado superar a crise através de uma repressão brutal. Terão que manter comprimido o nível dos salários, estão desenvolvendo um programas de ajuste e reestruturação, terão que demitir funcionários públicos, o que significa que haverá muitas lutas. E já começaram. Os professores fizeram greves, funcionários públicos fizeram greve. Há atualmente uma grande tensão entre a Cosatu e o CNA.

Como funciona a COSATU?

COSATU tem cerca de 1,3 milhões de membros é muito mais bem organizada. Tem cerca de quarenta sindicatos de indústria, sendo os maiores, o sindicato dos metalúrgicos (com cerca de 300 ou 400 mil filiados) e dos mineiros (com cerca de 50 mil filiados). Embora tenham sido criados com um funcionamento bastante democrático, com todos os procedimentos tradicionais da democracia sindical (organização de base, mandatos revogáveis), aos poucos isso vem se alterando, e os procedimentos de democracia representativa vão tomando lugar da democracia de base. Cada vez mais as decisões são tomadas apenas pela burocracia central.

Burocracia é o termo correto: cada vez mais a COSATU torna-se uma estrutura burocratizada. Cada vez mais insistem nas negociações centralizadas e desencorajam a negociação por fábrica, ou regionalizada e, algumas vezes mesmo, a proibem. As direções locais ficam cada vez mais sem ter o que dizer e as reuniões e assembléias regionais ou locais passam a ser apenas reuniões de informes da direção central. Há uma forte crítica dessa prática. Pode-se perceber isso nos boletins da COSATU, até porque há uma tradição de organização de base muito forte na central.

O mesmo ocorre com a NATU, que é muito menos organizada. Há uma tentativa de unificá-las mas em função de suas diferenças políticas isso não é fácil. De maneira geral a COSATU segue a linha do CNA e a NATU do Congresso Panafricano. E há outras posições como a WOSA, que tem militantes nas duas centrais, mas não se constitui em si mesmo como uma força sindical.

Mas além do processo de burocratização é importante também a dependência das centrais de financiamentos externos, seja da CIOLS, seja de sindicatos específicos, como a Federação Internacional dos Metalúrgicos. Este ano, por exemplo, 70% do orçamento da COSATU depende de financiamentos internacionais. E mesmo que aprovem políticas para diminuir a dependência externa, isso tem sido apenas retórico.

Atualmente, tanto a COSATU como as organizações do movimento popular vêm sofrendo uma grande pressão, em particular da sua camada de ativistas intermediários, para manter sua independência política. Na verdade, a COSATU quase capitulou à linha do CNA, mas há um debate muito forte no seu interior e quanto mais perto se chega do término das negociações, mais clara se torna a linha do CNA.

O número de filiados da COSATU não tem crescido nos últimos anos, talvez porque a direção tenha estado muito mais preocupada em negociar, mas também em função da crise econômica. Os sindicatos têm tido muito trabalho para conseguir manter seus filiados empregados. A COSATU e a NATU, no entanto vieram para ficar. Foram talvez nosso maior ganho nos anos oitenta.

Qual é a situação geral da esquerda na África do Sul? E qual o peso relativo dos diferentes grupos?

A esquerda é muito frágil em relação ao nacionalismo negro - o CNA, o Congresso Panafricano, a Azapo. É impossível para qualquer grupo ou mesmo uma frente de esquerda hoje desafiar o nacionalismo negro ou colocar-se como direção alternativa do movimento de massas. Entretanto a influência e inserção dos ativistas de esquerda no movimento sindical, popular, estudantil e mulheres nos coloca em uma posição favorável para capitalizar o descontentamento com o nacionalismo negro.

A corrente a que pertencemos, o WOSA, é a única corrente socialista organizada de forma independente hoje na África do Sul, ou seja, que não está dentro de uma ou outra organização do nacionalismo negro. Ela é reconhecida nacionalmente como uma organização socialista. A Azapo, que está se movendo mais para a esquerda, não é exatamente uma organização socialista. É uma mistura de socialista com nacionalismo ou consciência negra.

Um problema maior se apresenta com o Partido Comunista pois, apesar do colapso da União Soviética, socialismo ainda

não é um xingamento na África do Sul. O PC ainda representa uma esperança para as pessoas. Neste sentido o Partido Comunista poderia representar um problema maior para a esquerda. Mas creio que sofra também o desgaste da posição do CNA em função de sua aliança tradicional.

O peso social e político das organizações de esquerda, incluindo WOSA não é desprezível, mas tampouco é grande. Precisamos construir uma unidade sólida e ter uma dose de sorte. Se a situação se desenvolver como parece, temos que saber como tirar vantagem para a esquerda. Portanto, me preocupa que tenhamos a definição de que campanhas vamos desenvolver nos próximos um ou dois anos, em torno de quais reivindicações sociais vamos nós mobilizar, estabelecer sobre que itens buscar desenvolver a mobilização social de massas e ser capazes de fazê-lo. É isso que chamo de sorte. É evidente que não imagino ficarmos sentados esperando. Se podemos identificar a reivindicação correta em torno da qual as organizações burguesas não estão se mobilizando, podemos alterar nosso patamar de intervenção.

Qual é a visão do Wosa a respeito do nacionalismo na luta pelo poder, na visão de uma estratégia socialista?

Essencialmente o que dizemos é que apenas o socialismo pode conquistar o fim do racismo na sociedade, promover a libertação do povo. A burguesia no poder na África do Sul tem, de uma forma sistemática e deliberada, trabalhado com a divisão da população em termos de raças, classes, cor, línguas, religião, etc. Apenas um regime socialista é capaz de juntar as pessoas em torno de seus interesses comuns. Os socialistas têm que colocar na ordem do dia, no seu programa, estas questões por mais contraditórias que pareçam. E têm que fazê-lo de uma forma que não se desenrola como chauvinismo, mas a partir de uma visão internacionalista, de uma visão continental. Somos extremamente cuidadosos em insistir que significa eliminar todos os tipos de preconceitos raciais e étnicos.

Por outro lado, há o problema de construir a unidade da classe trabalhadora. Esse é um problema real uma vez que, inclusive, falamos de "classe trabalhadora negra", o que é, de certa forma, uma contradição que reflete a inter-relação da luta nacionalista com a luta socialista. E usamos a expressão "classe trabalhadora branca". E há vários segmentos na classe trabalhadora negra: os trabalhadores africanos, os trabalhadores de cor (colored), etc. A estratégia de centrais como a COSATU têm sido insistir na construção de uma central sindical sem definições de raça. Insistem na realização de reuniões em mais de uma língua. E o mesmo ocorre no movimento estudantil e em outras entidades da sociedade civil. No movimento de bairros, o processo é mais difícil pois a organização geográfica distribui a população por grupos raciais e, portanto, é muito mais difícil quebrar os preconceitos raciais.

O que é a intervenção política em um sentido mais continental que você mencionou?

Do meu ponto de vista, o grande desafio da luta pelo socialismo hoje é mobilizar as forças anti-capitalistas. Nosso país, como um dos industrialmente mais desenvolvidos na África, com um proletariado industrial real, tem a obrigação de buscar unificar todas as forças anti-capitalistas da África, não no sentido de um pan-africanismo, mas com o sentido de um movimento anti-capitalista, uma organização de trabalhadores, anticapitalista em escala continental e que se relacione com as forças anti-capitalistas em outras partes do mundo. É por essa razão que o Wosa tem buscado de uma forma sistemática manter o contato com organizações de esquerda no continente africano. Em certo sentido estamos, nós mesmos, redescobrimos a África. É também por esta essa razão que o estabelecimento de laços com o Brasil é também importante uma vez que a diáspora africana é um elemento central na compreensão de como o povo africano se vê. □

As centrais sindicais como a COSATU e a NATU vieram para ficar. São talvez nosso maior ganho nos anos oitenta.

A burguesia na África do Sul tem sistematicamente trabalhado em termos de raças, classes, cor, línguas, religiões, etc.



Lições da derrota metalúrgica

VITO GIANNOTTI E MARCO AURÉLIO AVELLAR

A derrota foi construída pela ausência de investimento da CUT nos metalúrgicos nos últimos anos.

Nas fábricas onde os cutistas fizeram trabalho de base os resultados foram acima da média.

A Força Sindical não é só um blefe, não é só uma farsa, como muitos a vêem. Ela é um projeto da direita, da burguesia, do capital. E como tal ela enfrentou o esfrangalhado exército cutista que estava do outro lado na eleição para o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. De um lado uma máquina de guerra, enorme, azeitada. Do outro uma máquina que poderia ser mais poderosa, mas que não veio para a disputa.

Não foi, porém, só uma questão de máquinas. Medeiros investiu para se implantar nas fábricas. Duas centenas de assessores estão nas portas de fábricas contatando os delegados sindicais. 150 mil jornais chegam semanalmente nas mãos dos metalúrgicos para levar o conteúdo das propostas da Força Sindical. Jornal que ataca diariamente a CUT, o PT, a esquerda, o socialismo; que defende a modernidade neoliberal e as privatizações.

Há três anos a CUT não investe nos metalúrgicos de SP. Por uma visão sectária, a maioria da Central nunca quis realmente investir na disputa com Medeiros em São Paulo, para não mudar o equilíbrio de forças no seu interior. O resultado está aí. Ausência quase total. Somente seis jornais gerais cutistas, em três anos, chegaram a algumas dezenas de fábricas. O resultado desta eleição não podia ser outro: 86% para a Força Sindical, 9,5% para a CUT, 4,5% para a CGT.

Os 9,5% que a CUT teve refletem o tamanho exato que a CUT tem nesta categoria. Refletem o quanto a CUT não quis construir durante estes anos.

Essa ausência de investimento da CUT nos metalúrgicos de São Paulo não é fruto só do sectarismo, mas também de uma profunda incompreensão do que significa a Força Sindical. Força sim, mesmo que uma Força Patronal. A CUT não entendeu que em São Paulo, nos metalúrgicos, jogava-se e joga-se uma grande batalha de dois projetos estratégicos antagônicos. É uma repetição do que aconteceu nos metalúrgicos de Volta Redonda em 1992, quando a CUT conseguiu perder esse sindicato para a Força Sindical, por razões parecidas.

Desvendando os 86%

Porém os 86% indicam que o triunfo de Medeiros não foi total e não é tão estável como parece. Analisando o mapa eleitoral vê-se que nas fábricas onde a CUT esteve totalmente ausente ela conseguiu somente 4, 3, 2, ou até 1%. É essa a imagem mais dura da fraqueza da CUT nesta categoria.

Em contraposição a isso, encontramos fábricas onde tivemos uma votação muito mais expressiva. Na Ford, tivemos 55%. Na Brasilata e MWM, tivemos mais de 60%. Em todas as fábricas onde a CUT esteve presente, nestes três anos, o resultado foi bem superior aos 9,5%. Assim tivemos 39% de votos na Metaleve, 24% na Mafersa, 43% na Silvania, 25% na Arno, 24% na Deca, 29% na Mapri, 21% na Filizola, 19% na Atlas. O fato fica evidente se analisarmos que, por exemplo, na urna 122 da Deca tivemos 24,8% e na urna 124, de fábricas ao lado, tivemos 2,07%. O mesmo acontece em todas.

Isso mostra claramente que onde a CUT investiu, a cate-

ria respondeu. Mostra que a vitória de Medeiros foi mais uma falta de guerra movida pela CUT do que uma adesão entusiástica da categoria à Força Sindical.

Como explicar a derrota?

Além do sectarismo e da incompreensão do alcance da disputa de projetos, outra causa é a não mobilização direta de vários sindicatos e dirigentes cutistas para essa eleição. Esse fato não é específico dos metalúrgicos de São Paulo. Na CUT está renascendo aceleradamente uma cultura corporativa que se pensava enterrada. Cada um cuida da sua horta, da sua igreja. Isso explica a ausência quase total de militantes e sobretudo dirigentes nesta eleição. A chapa cutista sequer conseguiu completar o quadro de mesários! E isso com uma Central que tem mais de 10 mil dirigentes, e numa cidade que tem mais de dois mil diretores sindicais liberados, com salário, carro, ajuda de custo e ticket refeição.

Assistimos também a uma incapacidade de mobilizar a militância popular ligada ao PT. Combinando a ação sindical nas fábricas com a presença nos bairros poderia-se obter outro resultado. Tivemos também um motivo diretamente creditável aos metalúrgicos de São Paulo que é a incapacidade de levar um trabalho cutista unitário nas fábricas de forma permanente. Há, também, a incapacidade dos metalúrgicos cutistas e petistas de São Paulo de levar a política do partido para os metalúrgicos. Não é possível que nas fábricas metalúrgicas só exista 9,5% de petistas, porque o metalúrgico de São Paulo vota Lula presidente e Medeiros para o sindicato! Não se conseguiu fazer a ligação do projeto do Medeiros com Collor, Maluf, a Fiesp, a direita enfim.

Sobre a campanha eleitoral, pode-se dizer que ela não se contrapôs a Medeiros. Enquanto a plenária que aclamou a chapa aprovou por unanimidade a palavra de ordem "Oposição a Itamar", Medeiros, oportunisticamente, para se livrar da mancha collorida, atacava a chapa como ligada ao governo Itamar. Nos três jornais da chapa não se disse uma palavra contra o governo.

Finalmente, é quase supérfluo repetir que a eleição que Medeiros armou foi um show de falta de democracia. O tempo para a campanha foi de doze dias úteis, uma violência ao direito à informação. A máquina monstruosa do sindicato ficou totalmente à disposição da chapa da Força Sindical. Mas se a CUT estivesse em ação, fazendo sua campanha durante três anos, isso não pesaria. Não se pode esperar algo diferente da direita.

Organizar um futuro diferente

É um fato: hoje a Força Sindical domina o campo dos metalúrgicos de São Paulo. Outro fato é a necessidade imprescindível da CUT entrar e firmar-se na categoria. O projeto da Força Sindical deve ser combatido no seu ninho, em São Paulo.

Há duas hipóteses hoje no interior da CUT. Disputar a próxima eleição com Medeiros em 1997 ou criar sua própria força cutista na categoria, isto é, um sindicato da CUT. Isto que dava arrepios tempos atrás, hoje, às vésperas da aprovação da Convenção 87 da OIT é discutido sem medo. Mas, sem entrar no mérito das duas opções possíveis, para qualquer uma dessas hipóteses a CUT precisa criar seu exército nos metalúrgicos de São Paulo, precisa implantar-se nesta base.

É preciso superar os sectarismos, unificar os metalúrgicos cutistas da capital em torno de um projeto, concretizar um investimento de pessoas e recursos que viabilizem essa política. É um projeto de médio prazo que se conta em anos.

Esse projeto deve ser construído aliando forças que se contrapõe ao projeto burguês do Medeiros. É a nossa Central combinando sua ação com o PT, os demais partidos de esquerda e a atividade dos movimentos populares. Hoje começa-se a falar de "ação vertical" da Confederação dos Metalúrgicos da CUT. É a combinação de ações, movimentos, greves, negociações à nível das fábricas do mesmo ramo de atividade ou do mesmo grupo econômico.

Todas essas idéias começam a ser discutidas. Ainda são idéias. Mas as idéias, quando postas em prática, fazem a história. □

Vito Giannotti e Marco Aurélio Avellar são membros do Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo (MOMSP)



AIDS e moral conservadora

PATRICIA PESSI

A despeito das campanhas publicitárias de prevenção e do aperfeiçoamento das drogas que tratam esta doença, a AIDS continua crescendo em índices alarmantes. No Brasil, já é considerada doença epidêmica pelo Ministério da Saúde. Estudos estimam que de 2,5 a 3 milhões de brasileiros são portadores do vírus, embora as estatísticas oficiais indiquem a manifestação do HIV em apenas 31.938 pessoas até janeiro deste ano.

O crescimento do número de casos denuncia a ineficiência das políticas adotadas ou não adotadas até o momento para conter a AIDS. Entre 1980 - ano em que houve o primeiro diagnóstico de AIDS no Brasil - e 1986, foram registrados 1695 casos em todo o território, sendo que a maior concentração já ficava com a região Sudeste. No ano de 1992, o Ministério da Saúde verificou a existência de 5560 novas manifestações do vírus.

Os registros governamentais mostram, ainda, que a AIDS - doença cuja principal via de contaminação é a sexual - já não se restringe aos chamados "grupos de risco", ao contrário que foi afirmado num primeiro momento. O crescimento da presença do HIV em parceiros heterossexuais e entre mulheres é um indicativo deste sintoma. Em 1987, 37,8% dos aidéticos eram homossexuais, enquanto 7,5% heterossexuais. No ano passado, os heterossexuais eram responsáveis por 22,8% dos registros e os homossexuais 21,7%.

Foi o ano da virada. Até então o maior número de casos era encontrado entre os homossexuais. As mulheres também eram menos atingidas enquanto população específica. Em 1987, para cada dez homens uma mulher estava contaminada. Em 1992, esta diferença caiu, para cinco homens uma mulher está contaminada com AIDS.

Apesar do avanço da doença, a resposta da sociedade, do governo e da chamada sociedade civil, a esta significativa expansão da AIDS no Brasil tem significado pouco para a contenção da doença.

A prática de associar o risco de contágio quase que exclusivamente aos "grupos de risco", verificada na maioria das campanhas de prevenção da AIDS, tem isentado boa parte da população da necessidade de enfrentar o HIV. Um dado ilustrativo foi divulgado recentemente pelo jornal *Folha de São Paulo*. Pesquisa feita entre os jovens de 15 a 25 anos demonstrou que 67% desta população não tem cuidados com a prevenção da AIDS.

Comportamento

Levantamentos realizados por entidades que surgiram com o objetivo de prevenir e contribuir para o tratamento da AIDS mostram que as alterações de comportamento necessárias para preveni-la ainda não ocorreram. Houve, sim, alterações que resultam da exploração ideológica da doença. A associação da AIDS ao mundo das drogas e da homossexualidade, feita num primeiro momento, acabou fortalecendo uma visão conservadora da sexualidade que, até então, com o advento de relações abertas e da revolução sexual, vinha sendo derrotada.

Antes deste apelo conservador, crescia o encanto pela poligamia, pelo livre exercício da sexualidade, pela liberdade de opção sexual, pelo prazer. Antes, Pedro podia amar Paulo. Hoje, estas idéias rimam com "risco" e insegurança. Hoje, monogamia é sinônimo de segurança. Antes, as pessoas "transavam" ou não. Tudo dependia da arte do encontro. Hoje, este encontro pressupõe o medo, o inquérito e a dúvida.

O enfrentamento a este ataque ideológico e a ausência de uma política de saúde que considere a AIDS como uma questão de saúde pública tem se restringido, quase que exclusivamente, às entidades mantidas e organizadas pela população atingida pelo vírus. A esquerda como um todo e, em particular o PT, tem se limitado a apoiar estes movimentos. Não tem feito o embate ideológico com os setores conservadores que, explorando o preconceito contra as drogas e o homossexualismo, transformaram a AIDS num instrumento da luta contra o avanço de idéias transformadoras no campo da sexualidade.

Custo abusivo

Além disso, o PT não tem denunciado, nem apresentado alternativas a uma política governamental de saúde que destina ínfimas quantias ao tratamento e prevenção da AIDS. Um doente de AIDS no Brasil gasta, por mês, em medicamentos, cerca de Cr\$ 12 milhões. Um vidro de AZT (suficiente para 20 dias de tratamento) - remédio mais utilizado no Brasil para aumentar a capacidade imunológica do paciente - custa hoje entre US 70 a US 90. O DAI e o DDC, utilizados para complementar o efeito do AZT, só são encontrados fora do Brasil.

Uma política preventiva enfrenta, igualmente, o excessivo valor cobrado pelas "camisinhas" no mercado. Uma caixa com três preservativos da marca JONTEX custa, atualmente, cerca de Cr\$ 90.000,00 (valores de março). A distribuição de camisinhas feitas pelo Ministério da Saúde é completamente irregular. Em Porto Alegre, o GAPA (Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS), principal entidade do tipo no estado, há três meses não recebe preservativos do governo federal. Não há como prevenir a AIDS assim. □

Patrícia Pessi é jornalista e militante do movimento de mulheres



Convivendo com o vírus

A imagem da AIDS como uma doença que fatalmente conduz à morte começa a desvanecer-se na medida em que ela é melhor conhecida. Estudos recentes mostram que o vírus da AIDS sofre mutações permanentemente. O trabalho dos cientistas permite restabelecer a genealogia dos vírus HIV-1 e HIV-2 e verificar a ocorrência de variedades distintas, algumas mais letais e outras mais brandas. Estes estudos mostram uma tendência deles evoluírem para variedades menos letais, que levam mais tempo para se manifestar.

Além disso, vem sendo desenvolvidos medicamentos mais eficientes seja no combate à multiplicação do vírus, como o AZT, o ddI e outros em fase experimental, seja no combate às infecções oportunistas mais comuns entre

os aidéticos, que permitem aos doentes melhor qualidade de vida.

Outras pesquisas, como um levantamento que seguiu a situação de saúde geral de um grupo de dez mil homossexuais dos EUA por quase uma década, mostram um crescimento da sobrevivência dos doentes e principalmente localizaram pessoas que parecem resistir ao vírus. A revista *Times* divulgou estes resultados afirmando que "há agora razões para se esperar que pelo menos 5% do um milhão de americanos que se estima estejam infectados com o vírus nunca venham a morrer da doença". Existem mais de 70 casos documentados de pessoas que convivem com a doença por até 14 anos sem desenvolverem as infecções oportunistas que terminam matando os doentes.

Revisar para não discriminar

WILLIAM AGUIAR

O movimento homossexual brasileiro já se mobiliza para a revisão constitucional.

A revisão constitucional, marcada para meados de setembro, já está movimentando vários setores do movimento popular e grupos de defesa da cidadania e dos direitos humanos. Entre estes, se encontra o Movimento Homossexual Brasileiro que já começou a marcação cerrada junto aos parlamentares, no sentido de esclarecê-los sobre a importância da inclusão do termo **Orientação Sexual** na Constituição Federal.

Durante a Assembléia Constituinte, em 1987, os grupos homossexuais estiveram presentes e mostraram que são organizados e conscientes dos seus direitos. A reivindicação era simples: no capítulo que trata das discriminações, deveria estar explícita a não discriminação por orientação sexual.

Isso causou uma certa polêmica e divisão entre os deputados. Os representantes dos grupos foram testemunhas de varias manifestações, tanto de apoio como de desagravo. Alguns foram taxativos logo de entrada e declararam que jamais dariam apoio a pessoas "com esse desvio", como foi o

caso da deputada Sandra Cavalcanti. Aconteceram situações em que os deputados, mesmo concordando com a proposta, avisavam que iriam votar contra, pois tinham família e uma "reputação partidária" que não permitia uma tomada de posição como essa. Outros diziam que iriam pensar no assunto, pois não estavam esclarecidos sobre isso.

O fato é que a maioria das manifestações mostraram o quanto alguns "representantes

do povo" eram ignorantes em relação a questão sexual. Levando em consideração que não existe como separar-se da orientação sexual que se tem, até mesmo dormindo, parece que faltou clareza para alguns congressistas analisarem a sua própria sexualidade. Detectada a deficiência, o próximo passo foi a informação. Toda a informação sobre o assunto foi dada tanto aos deputados que se mostravam favoráveis à reivindicação do movimento, como aos que eram radicalmente contra a proposta.

Leis orgânicas

Foi uma maratona difícil. Mesmo com o apoio de toda a bancada petista e de partidos como PSB e PCB, a proposta do movimento não passou. Os partidos que compunham o "centrão", aliados a alguns grupos religiosos, conseguiram a maioria e, mais uma vez, uma proposta justa não foi aprovada. Ficou claro que a questão precisava ser mais discutida. Porém, não se pode afirmar que ela deveria ser discutida apenas no plenário da Câmara dos Deputados. Em alguns casos, ficou evidente que um bom divã resolveria a questão.

O Movimento Homossexual estará recolocando a questão neste ano e se prepara para fazer, novamente, o mesmo trabalho. Isso não é nenhum problema para grupos acostumados a explicar sua orientação e lutar por ela.

Desta vez, o MHB conta com uma forte argumentação. Trata-se da existência de 71 municípios brasileiros nos quais a proibição da discriminação por orientação sexual se encontra em suas Leis Orgânicas. Esta batalha já vem sendo travada há alguns anos, quando grupos homossexuais das capitais conseguiram que fosse aprovado nas Leis Orgânicas de suas cidades o dispositivo da não discriminação por orientação sexual.

Foi uma surpresa para alguns militantes atestarem a presença do mesmo dispositivo em leis orgânicas de municípios do interior. Isto não significava, porém, que existia uma ação consciente feita por grupos homossexuais nestas cidades. O que ocorreu foi que os vereadores destes municípios não quiseram ter o trabalho de elaborar uma lei orgânica própria e copiaram a da Capital. Desta feita, nada há para fazer senão concordar com o ditado de que "há males que vêm pra bem". O resultado é que vários dispositivos foram aprovados de uma só vez, sem que os edis soubessem exatamente o que estavam transformando em lei. Neste caso, benditos sejam os preguiçosos. Com isso, o MHB vai para Brasília não só com a cara, a proposta e a coragem, mas com cópia das leis orgânicas de 71 municípios brasileiros e de 2 Constituições Estaduais (Sergipe e Mato Grosso).

Direitos e violência

Na proposta da não discriminação por orientação sexual estão embutidas outras igualmente importantes, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a custódia dos filhos no caso de separação dos cônjuges, direito à herança, educação sexual nas escolas sem que o preconceito e discriminação em relação a homossexualidade estejam presentes. Estas são apenas algumas das bandeiras de luta que poderão ser encaminhadas depois que a reivindicação principal for aprovada no Congresso.

Não existe justificativa para o preconceito, assim como para a discriminação. Eles têm origem no desconhecimento do ser humano. Porém, o que incomoda não é a falta de explicação para o preconceito ou para a discriminação. São as consequências destes, particularmente a violência que daí decorre, que fazem com que os grupos organizados acreditem na urgência da modificação do modo de pensar e viver a sexualidade. Vários homossexuais são assassinados todo mês pelo simples fato de serem homossexuais. Um exemplo recente é o caso do vereador da localidade de Coqueiro Seco (AL), Renildo dos Santos, seqüestrado e esquartejado, depois que declarou publicamente sua bissexualidade. Em São Paulo, no mês de janeiro, vários homossexuais foram presos na frente de um bar chamado "O Corsário" - na Praça Roosevelt - sem que a polícia pedisse um único documento ou explicasse o motivo da prisão.

A dificuldade das mudanças

Para infelicidade dos mal esclarecidos, Cazuza tinha razão: "o tempo não pára"! A Organização Mundial de Saúde já declarou que a homossexualidade não é doença. Leia-se: a comunidade científica admitiu o engano e optou pela verdade.

Infelizmente, não são todas as instituições que conseguem rever e avaliar suas posições, mudando-as se for necessário. A Igreja Católica, algumas seitas protestantes como as Testemunhas de Jeová, a instituição familiar e o Estado são exemplos seculares e freqüentes do culto à contra-informação. Portanto, em outubro, não vai ser fácil conversar com séculos de cultura homófoba e convencer de que todo preconceito é, antes de qualquer atitude, um desaprendizado. Os paladinos da moralidade vão vestir, novamente, a fantasia de super-defensores da família e dos bons costumes, livrando as instituições burguesas do grande fantasma homossexual.

Durante os trabalhos da Assembléia Constituinte, em 1987, os grupos verificaram o quanto precisava ser feito em termos de informação para remover preconceitos que, de tão antigos, já se transformaram em conceitos. Na verdade, o que mais preocupou foi constatar que, diante das declarações dadas nos gabinetes e do resultado no plenário, a proposta teria sido aprovada caso a votação fosse secreta.

Neste ano verificar-se-á o efeito do trabalho de informação feito em 1987. Quem sabe a maquiagem pesada dos congressistas fez mal pros olhos ou causou algum ardume em suas consciências. Fica a dúvida se o espetáculo será premiado pela eficiência do trabalho de bastidores ou pelos efeitos especiais gerados pela maquiagem dos atores no plenário da Câmara. □

William Aguiar é membro do Grupo de Homossexuais do PT



Beardsley

Nas Leis Orgânicas de dois estados e 71 municípios já consta a proibição de discriminação por orientação sexual.

Um ano de cotas

MARISOL RECAMAN

Propor uma avaliação da implantação da cota mínima de 30% de mulheres nas direções, exige restabelecermos as concepções que geraram as propostas concretas de ações afirmativas em relação às mulheres dentro do PT. As resoluções do 1º Congresso do PT ajudam-nos a recompor a visão mais global do significado estratégico da luta pela democracia efetiva entre mulheres e homens - democracia de gênero.

“A construção plena da participação política das mulheres é um processo que não se restringe à sua participação equitativa na direção. Vincula-se a toda uma política de combate às diferentes formas de discriminação, o que implica o estabelecimento de propostas que se contraponham à dinâmica de exclusão das mulheres dos espaços de participação política e decisão. Isso requer investimento na formação política das militantes mulheres, incentivo à auto-organização das mulheres, a criação de condições para a participação efetiva das mulheres. Garantir uma presença mínima de mulheres nos organismos de direção, entretanto, é condição essencial para que o partido reverta, na sua prática e vida cotidiana, a exclusão das mulheres da atuação política e da vida pública. Neste sentido, na composição dos Conselhos Deliberativos e das Comissões Dirigentes de nível municipal, estadual e nacional do partido, respeitando-se a proporcionalidade, será garantida uma presença mínima de 30% de mulheres, como uma passo necessário à construção da democracia de gênero no PT” (Resoluções do 1º Congresso, ponto 63).

Tendo esse ponto de partida, a avaliação busca indicar o quanto avançamos (ou não) em relação à democracia de gênero com a implementação das cotas. Isso passa por experiências vivenciadas no PT que são diversificadas, seja pelas diferenças regionais, seja pelo momento da construção do partido em cada local. Contudo é fundamental iniciarmos, apesar dos limites, uma avaliação mais globalizante, que o partido sequer iniciou. Este artigo procura contribuir para estabelecer os parâmetros a partir dos quais esta avaliação

Cotas e participação

Avaliar a capacidade do partido em efetivamente cumprir a resolução que garante no mínimo 30% de mulheres nas direções é o primeiro momento para dar consequência a qualquer outra análise em relação a política de cotas. A primeira experiência da implantação foi no processo de renovação das direções, no ano passado, onde enfrentamos diversas dificuldades. Elas iam do aprendizado com os cálculos à disputa política, com argumentações como a de que não existiam mulheres suficientemente preparadas para responder as tarefas de direção. Este é um momento decisivo da disputa. Garantir o cumprimento da implementação das cotas é garantir o aumento de mulheres participando dos espaços de decisão do partido.

É evidente que isto não aconteceu de forma homogênea em todo o PT a nível nacional. Existiram casos de não cumprimento das cotas. Contudo, as diversas experiências que garantiram as cotas, apresentam hoje alguns elementos importantes de avaliação.

Analisando um caso concreto, o do PT do município de São Paulo, que garantiu a aplicação das cotas na renovação das direções zonais e municipal em 1992. O reflexo deste processo é hoje o aumento efetivo de militantes mulheres no cotidiano das decisões partidárias e no presente processo de encontros. Para dar uma idéia numérica, os encontros do PT na capital paulista, elegem aproximadamente 700 companheiros/as para as direções zonais e municipal. O mínimo de 30% de mulheres significa, aproximadamente, 210 companheiras que se integram nas atividades de direção. Como resultado, observamos que as reações despolitizadas e por vezes até violentas contra as cotas neste ano foram menores do que no ano passado.

Nos diversos zonais, há mais companheiras integradas aos processos de preparação dos encontros, nas montagens de chapas e nas disputas de posições. Coloca-se, ainda que inicialmente, uma qualidade de intervenção das militantes superior àquela na qual as mulheres ficam a margem dos

processos de decisão - apesar de estarem atuando cotidianamente na construção partidária.

Processo inicial

Obviamente, os problemas não estão resolvidos, muito pelo contrário. As atitudes machistas, discriminatórias fazem parte do cotidiano do PT. Ainda não é comum a eleição de mulheres para cargos nas executivas que tradicionalmente indicam mais acúmulo de poder, como é o caso da presidência e das secretarias gerais. Os casos em que mulheres assumem estes cargos ainda podem ser analisados enquanto exceções. E isso vale também para a profissionalização dos membros de direção.

Também precisamos ressaltar que o não cumprimento pelo partido das demais medidas de ações afirmativas dificultam um processo mais global de ataque aos mecanismos de exclusão das mulheres. É o caso da garantia de processos formativos que integrem as mulheres e ao mesmo tempo integre as lutas das mulheres como pauta de todas as atividades de formação; das iniciativas em relação a alteração da dinâmica da vida partidária que dificulta a participação, principalmente de quem cumpre tripla jornada; da ausência de creches nas atividades partidárias. Estas são ações importantes para o ingresso e permanência das mulheres na vida partidária.

Contudo esse processo - ainda novo e com problemas - demonstra que a aplicação da política de cotas, com a presença das mulheres nas instâncias de decisão e de disputas, possibilitou a um número maior de companheiras participarem de um espaço de poder e acumular experiências antes “naturalmente” negadas a elas. Isso qualifica e estimula a construção de sua militância.

Assimilação coletiva?

Um segundo elemento é discutir em que medida demos início a coletivização das responsabilidades na luta contra à discriminação das mulheres com a implementação da política de cotas e como isso passou a ser assumido por toda a direção, mulheres e homens.

Desde o processo de preparação do 1º congresso, é possível afirmar que, apesar do partido ainda se relacionar com a questão da mulher de uma forma departamentalizada, inicia-se uma certa alteração no que é a presença cotidiana desta discussão para o conjunto do PT. Para os militantes (mulheres e homens) há uma possibilidade de introjetar a luta pela democracia de gênero de uma forma mais concreta, colocada no dia a dia das disputas partidárias, uma vez que as cotas estão presentes nas discussões de composição das direções. Na medida em que existe uma presença das mulheres nas estruturas de poder do partido, esse processo abre mais um caminho na consolidação de relações mais democráticas entre homens e mulheres no interior do partido.

Estamos apenas dando os primeiros passos, ainda de maneira pouco politizada. Não há uma apreensão mais clara do que isso representa na transformação da sociedade e na incorporação estratégica da libertação das mulheres pelo PT. Mas apesar de ainda ser comum as desqualificações em relação as cotas, o fato do partido vivenciar coletivamente essa experiência já nos coloca, no mínimo, olhando de frente para essa luta. Este início de coletivização das responsabilidades é fundamental, mesmo que as manifestações, níveis de incorporação, posições e vontade política ainda sejam muito diferenciadas.

A maior presença de mulheres na direção já alterou a realidade interna do PT.

O não-cumprimento das demais medidas de ação afirmativa dificulta o combate à opressão no partido.



A cidadania das mulheres

Em terceiro lugar, o processo de luta pela democratização das relações de gênero ao interior do partido, expresso nas cotas, deve impulsionar a nossa ação política sobre a questão de gênero na sociedade. Neste ponto, ainda temos muito a avançar.



De um lado, a ação do PT na lutas sociais - no movimento sindical ou no movimento popular - não incorpora a questão da libertação das mulheres nas lutas gerais desses movimentos. Os avanços na participação das mulheres nas esferas do partido deve ter uma decorrência nos movimentos onde as e os petistas atuam, senão teremos uma situação sempre frágil. E isso diz respeito não apenas à participação nos espaços de poder, mas também a assimilação das temáticas e reivindicações das mulheres por esses movimentos.

De outro, nossa ação institucional em relação à conquista e avanço no que se refere à cidadania da mulher - seja a frente dos executivos, seja nos legislativos - são fragmentadas e isoladas. Não se apresentam enquanto luta coletiva das nossas bancadas e/

ou prefeituras. Algumas experiências de implantação de políticas públicas em relação as mulheres em nossas prefeituras mostram as dificuldades de consolidação e são entendidas como não prioridades. Além disso, nem todas tiveram inicia-

tivas nesse sentido. Isso é evidente, por exemplo, nas resistências a constituição de secretarias ou coordenações de mulheres nas nossas administrações.

Estes problemas expressam-se também na definição das candidaturas do partido para postos executivos e legislativos. O processo interno de definição de candidaturas ao parlamento não considera o corte de gênero. A esmagadora maioria dos porta-vozes do PT são homens. Eles dificilmente priorizam ou mesmo levantam, na sua ação institucional, reivindicações que defendem avanços para as mulheres. As listas de candidatos do PT para as próximas eleições devem procurar corrigir este problema, incorporando um número substancial de candidatas e destacando as reivindicações das mulheres na plataforma política dos partidos.

Há ainda outro aspecto em que o PT não trabalhou de forma adequada a questão das cotas na sua relação com a sociedade: a sua divulgação e propaganda como esforço e exemplo de medida de democratização e avanço na conquista de uma cidadania efetiva das mulheres. Em todos os países onde partidos políticos passaram a implementar políticas de ação afirmativa (e, em particular, de cotas na direção), eles deram um amplo destaque para isso em suas campanhas, o que é importante tanto como demonstrativo de seu compromisso prático com a luta das mulheres, como exemplo para outras instituições e setores sociais.

Estas constatações são o primeiro passo para refletirmos sobre as conquistas efetivas e potenciais da política de cotas na democracia interna do PT e o seu significado na elaboração e na ação política do partido na sociedade. □

Marisol Recaman é membro do CDM e da Comissão de Mulheres da cidade de São Paulo



O século do vento

O uruguaio Eduardo Galeano é um dos mais conhecidos escritores latino-americanos da atualidade. Autor, entre outras obras, de *As veias abertas da América Latina* e *O livro dos abraços*, Galeano é também um dos intelectuais mais comprometidos com a luta pela libertação de nosso continente. Neste entrevista concedida à revista basca *Hika*, ele fala de si, do que escreve e para que escreve, do mundo e da condição humana, do sonho e da paixão...

Há uma constante que atravessa toda sua obra desde *As veias abertas da América Latina* até *O livro dos abraços*: a recuperação do mito. Ele percorre suas histórias e é uma zona de experiência a explorar permanentemente.

Creio que muitas vezes a memória pode ser resgatada pela experiência concreta, que a história oficial esquece e que substitui o que aconteceu realmente pelo que decidiram que acontece os que mandam - que são os brancos, os machos, os ricos e os militares. E pode-se resgatá-la também através do mito, porque o mito no fundo é uma metáfora coletiva, e um ato coletivo de expres-

são poética que permite que continuem ardendo sem se apagam alguns pequenos fogos que foram condenados a apagar-se pelos que mandam, pelos que decidem aquilo que podemos recordar. Os mesmos que decidem aquilo que podemos ser, ou seja: nada.

Nestes tempos de pragmatismo duro, não há espaço para perguntas incômodas ou para a utopia. Como repensar a utopia na atualidade?

A utopia agora está desprestigiada porque está na moda a ideologia do mercado, do que aquilo que não tem preço não tem valor e creio que a utopia está muito pouco cotada. Pobre humanidade, que chega ao fim do século, ao nascimento de um novo milênio, com um tal desprestígio do direito de sonhar, que me parece que é o direito mais importante do ser humano.

De todos os direitos humanos creio que o direito ao sonho, o direito a sonhar, é o direito fundamental, a possibilidade de fixar os olhos para lá da infância e adivinhar outro mundo possível. Penso que é um ato de suprema liberdade e que a condição humana nasce para ser livre. Ainda que necessite de estruturas de poder, a vocação última do ser humano é a liberdade.

Assistimos a uma crise do mundo seguro, temos à nossa frente um horizonte despovoado de ideologias. Pode o marxismo mágico - metade razão, metade paixão, e uma terceira metade de mistério - que você reivindica no *Livro dos abraços* ser um dos caminhos para repensar o ideário utópico?

Isso era o que dizia, um pouco na brincadeira, mas todavia, escrevi que a única lucidez que vale a pena é a que não vem só do cérebro. Diria que a lucidez que vem só do cérebro mercede muita desconfiança, porque os seus resultados são frequente-



mente catástrofes para as pessoas. Gosto da lucidez que vem de todas as zonas do Uno: da cabeça, mas também do coração, do sexo e de tudo. A lucidez que vem da necessidade de entender e quem só entende com cérebro, entende muito pouco.

Eu gostaria mais de compreender do que entender; creio que isto é importante para se ligar com a realidade e transformá-la, para ser capaz de ajudar a mudá-la, mas a razão não o alcança e muitas vezes a linguagem expressa esta dolorosa fratura, quando há uma linguagem para o mundo das idéias e outra para o mundo das emoções. No terreno da arte implica a criação, a aceitação de certos gêneros. Devemos superar essas fronteiras, recuperar a sinceridade do ser humano. Estavam certos os pescadores analfabetos colombianos que inventaram a palavra *sentipensante* para designar uma linguagem que diz a verdade: uma linguagem que reúne a razão e o coração.

Nas grandes cidades há uma perda de laços sociais, um empobrecimento da memória coletiva. Também vão desaparecendo os espaços públicos, os lugares de encontro são substituídos pelo espaço privado e pelo espaço virtual dos meios de comunicação. Ambos os espaços, o público e o mediático estão sendo ocupados pelo Estado, pelos políticos e pelas estrelas televisivas.

Isso ocorre em escala mundial. Agora nestes tempos em que se supõe que o mundo é democrático e diverso, o mundo está menos democrático e menos diverso do que nunca. Nunca estivemos tão submetidos à ditadura invisível da palavra única e da única imagem. O desenvolvimento da tecnologia, da comunicação por satélites e o monopólio da tecnologia da comunicação em poucas mãos, implica uma espécie de ditadura universal sobre o que pensamos, sobre o que sentimos, sobre o que sonhamos, sobre o que podemos fazer ou deixar de fazer, sobre o que podemos ser ou não ser. Esta ditadura é exercida por uma ínfima minoria sobre o conjunto da população do mundo e desenvolve-se num tempo em que é cada vez mais difícil o encontro dos membros da maioria da humanidade.

Estamos condenados ao consumo, proibidos de criar, condensados à solidão num mundo onde os encontros estão cada vez mais reduzidos até na vida cotidiana de cada um. Agora a solidão parece ser o destino da maioria das pessoas, mesmo estando cada vez mais concentrada nos grandes espaços urbanos que são tremendos formigueiros onde todos estamos juntos, também, no fundo, tão sós. Eu, em tudo que escrevo, penso que aparece sempre esta outra fome de que nunca se fala. É uma fome que não está em nenhuma estatística nem da FAO, nem da OMS ou da ONU, é a fome de abraços que me parece tão dramática como a outra, e talvez até mais do que a outra, porque a fome de pão condena a maioria da humanidade, mas a fome de abraços, condena a humanidade inteira.

Toda esta necessidade de encontro nas grandes cidades, de juntar um espaço, um tempo e uma identidade coletiva, poderá, no futuro, ser uma fonte de novos movimentos de emancipação?

Creio que sim. Completamente. Por isso, de algum modo, sou otimista e por isso continuo a escrever, porque a palavra é uma forma de vínculo que às vezes golpeia e às vezes acaricia. Acredito no poder da comunicação da palavra porque também acredito que a humanidade não está condenada a ser o que parece que é. Nego-me a aceitar que o mundo mereça ser um campo de concentração para a maioria dos seus habitantes e um imenso deserto de solidão acompanhada como são as grandes cidades do nosso tempo. Nego-me a aceitar isso como destino.

A reativação da xenofobia, o temor do outro e de socie-



dades plurais étnica e culturalmente, o medo da enxurrada de emigrantes estão dando ao Primeiro Mundo a aparência de uma fortaleza inexpugnável para esses deserdados que emigram para tentar escapar da miséria.

Há uns que não comem e outros que não dormem. O mundo parece cada vez mais um imenso subúrbio de si mesmo, é cada vez mais Terceiro Mundo com alguns bairros de luxo como oásis e prosperidade no meio de perigosos oceanos inimigos. Repare no que se passa em Los Angeles: já não há uma separação geográfica clara entre o mundo rico e o mundo pobre, entre o opressor e o humilhado. O segundo está dentro do primeiro e o primeiro não pode digerí-lo. Isto gera muito pânico e é um dos fatores que explicam os espaços cada vez mais reduzidos, cada vez mais estreitos para a possibilidade de que ressoem outras vozes, de que se vejam outras imagens dos mundos alternativos, dos outros mundos possíveis.

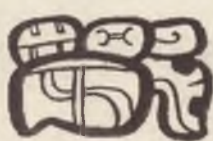
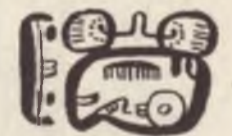
Creio que o norte tem, se não a certeza, pelo menos a suspeita que o seu próprio modelo de vida é impraticável em escala planetária. E isto é um pouco a explicação de muito do que se passa. Em média cada norte-americano consome tanto quanto 50 haitianos. Que se passaria se subitamente esses 50 haitianos passassem a consumir tanto quanto esse norte-americano médio? O mundo arrebentaria. Trabalhamos fervorosamente para a nossa própria perdição, serramos com entusiasmo o ramo onde estamos sentados. A humanidade parece ter aceitado, neste fim de século, como único projeto possível, um modelo que implica o suicídio de todos. E eu recuso a idéia de que a morte seja o único destino possível. Há que desfrutar a vida, ela é uma festa possível enquanto dura, mesmo que dure pouco: as horas da mosca ou os séculos da tartaruga... Mas a vida vale a pena!

Que fantasmas modernos são os que atravessam hoje estas sociedades tão complexas?

No terceiro volume de *Memória do Fogo*, batizei-o de século do vento, porque creio que o século XX é o século do vento, onde tudo muda com muita rapidez. É um século de vertigem, mas também penso que há certas coisas que de algum modo estão vivas, apesar de tudo o que parece organizado contra elas. A literatura não é uma paixão inútil, é uma certeza de vínculo com o mundo, com os outros e com a Natureza.

Cada dia estas certezas rompem-se e cada dia as reconstruo, porque naquilo que não acredito de maneira nenhuma, é nas certezas de ferro. Tenho uma altíssima opinião sobre a dúvida. Creio que a dúvida é muito fecunda; não só não tenho medo da dúvida, mas também necessito dela para que as minhas certezas não se tornem certezas dogmáticas, para que sejam certezas que se desafiem a si mesmas. Mas aqueles que tem certezas invulneráveis são os homens de madeira, criados pelos deuses Maias por erro, antes de criarem os homens de verdade com milho de todas as cores. Fizemos outras experiências de criação do ser humano que não lhes saíram bem e uma dessas experiências fracassadas foi a criação do homem de madeira. Criaram homens e mulheres de madeira que pareciam perfeitos, mas que não tinham alento. Eu digo que não tinham alento e contudo não tinham desalento, e não tinham a palavra, ou seja: não tinham para dizer nada que valesse a pena escutar. Se algum destino podemos chegar a encontrar será o destino que nasce do perpétuo desafio sobre tudo aquilo que sentimos e acreditamos, sobre a perpétua contradição com o que o poder quer obrigar-nos a sentir, a pensar e a aceitar como destino. O bom que a vida tem é que muda sem cessar e essa capacidade de transformação e de autotransformação da vida humana é para mim a única certeza de que vale a pena e é uma certeza continuamente posta à prova por mim mesmo e pela vida que levo através do vínculo à escrita.

É nesse vínculo que para mim se multiplicam as dúvidas e as certezas cada dia. Por isso eu escrevo para os outros. Escrevo a partir da necessidade de abraço com os outros e dirigirmo-nos aos outros implica vínculo com os outros e o vínculo é perigoso porque pode romper-te tanto quanto com pode criar-te. Mas neste assunto de criação e de destruição incessante está, penso eu, a única chave da vida humana que pode valer a pena. □



IMPRESSO

Reforma Agrária

ANTONIO MARANGON

É vergonhoso constatar que na oitava potência do planeta a população esteja mergulhada na tragédia da fome e da miséria. O projeto neoliberal imposto ao Brasil pelo FMI e aceito pelos atuais governantes é o principal responsável por este quadro dramático em que se encontra nosso país.

É, sem dúvida, no campo, que se verifica o quanto dependentes nós somos das garras do poder multinacional, infestado nos governos e nas instituições que comandam a nação. Os últimos governos do país foram implacáveis para com o homem do campo. Vimos a população rural, que no ano de 1940 era de 68%, cair para 23% no final da década, e projeta-se que, na virada do século, apenas 12% da população esteja morando no meio rural.

Foi um êxodo forçado e comandado pela burguesia industrial que foi atendida no desejo de ver aumentado o exército de mão-de-obra barata nas cidades.

Este modelo de desenvolvimento, também conhecido como "Revolução Verde", totalmente alheio às preocupações sócio-ambientais, causou ao Brasil a derrocada para uma realidade de fome, miséria e destruição de seus recursos naturais, com prejuízos drásticos ao solo, água, flora e fauna. Há, portanto, desde então, um processo de expropriação dos agricultores, onde o sistema de vida e trabalho tem levado ao enriquecimento de uns poucos às custas da pobreza e miséria da maioria.

Dominação no campo

Há, no Brasil, 570 milhões de hectares de terras cadastradas pelo INCRA. É de aproximadamente 40 milhões de hectares as terras em poder de empresas estrangeiras. Das terras agriculturáveis, 43% permanecem sem exploração e é, basicamente, constituída de latifúndios. 83,7% dos proprietários (pequenos e médios produtores) ocupam 14,6% das terras, e apenas 70 latifundiários tem o mesmo que três milhões de pequenos e médios produtores no Brasil.

Estes dados mostram que a terra passou a ser concentrada nas mãos de poucos. Os latifúndios cresceram e a marginalização do homem do campo acentuou-se. As terras agriculturáveis mantiveram a produtividade, mas o lucro da produção não foi repartido com os trabalhadores que, de

fato, geraram a riqueza. Se é verdade que a fonte única da riqueza é o trabalho humano, não dá para entender que o meio rural tenha vomitado enormes contingentes de trabalhadores rurais nas favelas das cidades.

A condição de escravos, meeiros, safreiros, arrendatários e parceiros, não serve para fixar o homem do campo. Apenas legítima um sistema de relações onde a escravidão e a servidão ameaçam adentrar o novo século.

Quem, no passado, apossou-se de grandes áreas de terra e hoje denomina-se de "dono", tem o apoio dos tribunais e dos governantes para manter a área improdutiva. São milhares de hectares cercados e mantidos como capital especulativo por fazendeiros que moram nas cidades, longe das terras. Ou então, para encenar produtividade, "arrendam" as terras a terceiros da mesma estirpe exploradora.

A violência cresce

A omissão dos governantes - e Itamar não é exceção - tem permitido que se acirre a violência no campo. De um lado, os agricultores rurais sem terra e sua organização e, do outro, os fazendeiros, os governos, a polícia, a União Democrática Ruralista e o Judiciário. O enfrentamento é desigual e resta aos trabalhadores do campo insistir na continuidade da luta pela resistência no campo. Com o lema "Ocupar, resistir e produzir", o Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra tem mostrado que o único caminho para a divisão do latifúndio improdutivo é o enfrentamento com os "donos" da terra. Neste embate, a parte mais desarmada conta com mais vítimas. Nos últimos oito anos, somam mais de 600 as vítimas da violência no campo. Episódios como a emboscada patrocinada pela Polícia Militar do Paraná que caçou Teixeira, uma das expressivas lideranças do MST, mostram a crueldade deste momento difícil que se vive hoje no campo. O Governo Federal lava as mãos e trata-o como caso de polícia, estimulando com isto o enfrentamento, já que a reforma agrária é uma questão de vida ou morte para milhares de trabalhadores rurais.

A lei emperrada

A Constituição de 1988 acena com a possibilidade de desapropriar terras que não cumpram sua função social. Em regulamentação posterior, o Congresso aprovou a Lei Agrária, que dá poderes para a União efetivamente realizar a Reforma Agrária. Mas, nem bem a Lei passou no Congres-

so, ainda que cheia de imperfeições, e já os ruralistas e latifundiários levantaram a voz para contestá-la. Eles não apenas querem extinguir o dispositivo que permite a desapropriação das terras improdutivas, como desejam que esta decisão seja feita na revisão constitucional prevista para o final deste ano. Se não bastasse esta manobra dos "donos das terras", o Brasil vive um momento delicado, com um governo fraco e sem vontade política para realizar a Reforma Agrária. A "saldada" de interesses que se reúne no governo Itamar torna a questão ainda mais delicada, e obriga os Sem Terra e os que lutam pela Reforma Agrária a irem para a ofensiva, pressionando o governo com todas as formas de luta possíveis.

Está cada vez fica mais claro: a cidade precisa da Reforma Agrária. Sem aumentar a produção de alimentos, padrão de consumo, nível de ocupação e trabalho do povo da roça, não se encontrará solução para os problemas da cidade. A necessidade comum está irmanando numa só luta os trabalhadores do campo e da cidade. Só a união dos explorados construirá uma sociedade sem exploração.

Decididamente, a maior dívida social a ser resgatada neste país é a da questão da terra. Há uma relação direta entre a miséria urbana e o crescimento da violência e da miséria no meio rural com a crescente subordinação da terra ao capital.

As gerações futuras irão lamentar nossa inércia, nosso conformismo servil, nossa conivência com a injustiça e, sobretudo, quererão entender por que, em pleno século XX, ainda se negava a milhões de brasileiros o direito de acesso à terra para produzir alimentos, para morar, para contribuir com o progresso do país e de sua gente. Então, procurarão avidamente nos códigos penais que crime era esse de querer trabalhar, produzir e viver dignamente.

Mas, eu acredito que essa negação sistemática da partilha da terra não conseguirá perpetuar-se. Chegará o dia que forçosamente a terra será dos verdadeiros donos: dos que sabem cultivá-la, respeitá-la e fazê-la produzir.

"Mais que nunca, acredita-se que a utopia é possível. E a esperança é a arma dos que lutam." (Frei Sérgio). □

Antônio Marangon é deputado estadual do PT/RS e presidente da sub-comissão da questão agrária da Assembléia Legislativa

